



Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Educação

Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional

**O PAPEL DA GESTÃO NA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE:
O CASO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS**

Juliana Parente Matias

Orientador: Professor Doutor Ramiro Fernando Lopes Marques
Coorientadora: Professora Doutora Simone Braz Ferreira Gontijo

Outubro de 2018



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação
Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional

**O PAPEL DA GESTÃO NA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE:
O CASO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS**

Trabalho de Projeto apresentado para obtenção de grau de mestre no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

Juliana Parente Matias

Orientador: Professor Doutor Ramiro Fernando Lopes Marques
Coorientadora: Professora Doutora Simone Braz Ferreira Gontijo

Outubro de 2018

" Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente , do exercício da cidadania estes mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa."

Vicente Barret

ÍNDICE GERAL

Índice de Quadros e figuras	vii
Siglas Utilizadas.....	viii
Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução	12
CAPÍTULO 1- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL EM INTERFACE COM A EVASÃO ESCOLAR.....	17
1. Breve histórico da Educação Profissional no Brasil	17
1.2 A evasão escolar no contexto do IFB	21
CAPÍTULO 2 - A GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	26
2.2. A Gestão educacional no contexto do Instituto Federal de Brasília	32
CAPÍTULO 3.....	37
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.2. <i>Lócus</i> da pesquisa	38
3.3. Participantes	39
3.3.1 Estudantes	39
3.3.2. Professores.....	40
3.2.3. Gestores	40
3.4. Instrumentos de coleta dos dados.....	41
CAPÍTULO 4 -DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4.1 Perfil socioeconômico dos estudantes	43
4.2. Motivadores da desistência estudantil	45
4.3. Ações de permanência e êxito dos estudantes	49
CAPITULO 5- PLANO DE INTERVENÇÃO	56

GUIA DE ACOMPANHAMENTO ESTUDANTIL	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
Apêndice I.....	68
Apêndice II	69
Apêndice III.....	70

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1- Indicadores e metas para a redução da evasão e retenção estudantil	22
Figura 2- Taxa de retenção IFB	23
Figura 3- Taxa de Evasão IFB	23
Figura 4 - Modelos e concepções de gestão educacional	26
Figura 5- Modelos de gestão educacional	28
Figura 6 - Estrutura Administrativa do IFB.....	33
Figura 7- Estrutura Administrativa dos campi do IFB.....	35
Gráfico 1 - Status de Matrícula no Curso Técnico em Equipamentos Biomédicos.....	40
Gráfico 2- Cidade de Residência	44
Quadro 1- Motivadores da desistência dos estudantes.....	45
Quadro 2 - Ações para permanência e êxito dos estudantes	50

SIGLAS UTILIZADAS

CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

EaD – Educação a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e tecnológica

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FIC - Formação Inicial Continuada

IFB- Instituto Federal de Brasília

IFs - Institutos Federais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDI- Plano de desenvolvimento institucional

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programas de Educação de Jovens e Adultos

Proep - Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SETEC - Secretaria de Educação Profissional Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISU - Sistema de Seleção Unificada

RESUMO

A presente pesquisa analisa o papel da gestão escolar na permanência dos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Equipamentos Biomédicos do Instituto Federal de Brasília. Assim, constitui-se como ponto de partida investigar como a gestão do *campus* do IFB que oferta o curso técnico em Equipamentos Biomédicos tem desenvolvido ações locais que asseguram a permanência dos estudantes. Os objetivos dessa pesquisa foram : Geral - Analisar o papel do gestor em relação a redução dos índices de evasão escolar em cursos técnicos subsequentes ofertados no campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília. Específicos - analisar as causas da evasão escolar no curso técnico em Equipamentos Biomédicos; identificar as intervenções realizadas para evitar a evasão do ponto de vista de gestores, estudantes e docentes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos; identificar ações da gestão educacional para promoção do êxito dos estudantes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos e; elaborar proposta de intervenção relativa à permanência estudantil. Em relação a análise da dados a pesquisa se caracterizou como quanti-qualitativa, com a utilização de análise dados quantitativos do Sistec e SGA, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados a docentes e discentes evadidos, e entrevistas semiestruturadas com gestores do campus. Nos resultados foram encontrados fatores que motivaram a desistência desses estudantes que estão relacionados a aspectos sociais, institucionais e individuais, e também encontradas estratégias e ações que a instituição realiza para fazer com que os índices de desistência diminuam.

Palavras-Chave: Evasão Escolar; Gestão escolar ; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This research analyzes the role of school management in the permanence of Subsequent Technical Course on Biomedical Equipment students of the Instituto Federal de Brasília. Therefore, its starting point is to investigate how the management board of the IFB campus, that offers the technical course on Biomedical Equipment, has developed local actions that promote the permanence of the students. The objectives of this research are: General - Analyze the role of the management board regarding the reduction of school dropout rates in subsequent technical courses offered at the Instituto Federal de Brasília Ceilândia campus. Specific - analyze the causes of school dropouts in the technical course on Biomedical Equipment; identify the interventions carried out to avoid dropout from the point of view of managers, students and teachers of the technical course on Biomedical Equipment; identify actions by the educational management board to promote the educational achievement of the technical course on Biomedical Equipment students; and develop intervention proposals regarding the students' stay in the course. This was a quantitative-qualitative research, in which quantitative data from Sistec and SGA were used, questionnaires with open and closed questions were applied to teachers and school dropouts, as well as semistructured interviews were conducted with campus managers. In the results, factors that motivated the dropout of students were found and they are related to social, institutional and individual aspects. Moreover, we have also found strategies and actions that the institution carries out to make the dropout rates decrease.

Keywords: School dropout; School management ; Professional and Technological Education.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer o final dessa caminhada, que não foi fácil, porém cheia de descobertas. Para a concretização muitas pessoas se fizeram presentes. Meus sinceros agradecimentos:

A minha amada mãe Adalgisa, meu porto seguro, minha professora da vida que me deu o exemplo de mulher forte, guerreira e determinada e sempre esteve presente nas minhas conquistas pessoais e profissionais;

Ao meu amado pai João Matias (In memorian), que sempre foi calma e amor, e nesse percurso essas duas coisas foram fundamentais.

Aos meus irmãos Carminha e João Paulo por sempre me apoiarem e se alegrar com as minhas conquistas. Amo vocês.

Ao meu esposo Rodrigo Cunha, pela parceria e paciência, sem o seu companheirismo tudo seria mais difícil.

A minha querida amiga Professora Dr. Simone Gontijo, que foi essencial nesse trabalho, sou grata pelas valiosas orientações, pelo seu empenho e compromisso. Muito obrigada por tudo!

Ao Professor Ramiro Marques, por todo aprendizado nesse processo formativo.

A minha grande amiga Regina Brandão, por todo o aprendizado profissional e por sempre acreditar no meu potencial.

A minha amiga Ludmila Freire, pelo apoio e incentivo, pelos conselhos pedagógicos e por sempre estar presente na minha vida.

As minhas queridas companheiras de vida Geórgia Hipólito, Carminha Parente, Livia Vasconcellos, Patrícia Lopes, Priscila Venâncio, Glaina Santos, Lorena Forte, Marina Araújo Erica Fernanda, Arlina Rios e Nara, por sempre estarem presentes mesmo distante e por compreender os momentos de ausência.

A gestão do Campus Ceilândia, que viabilizou a minha participação em todos os encontros presenciais e me deu total abertura para realização dessa pesquisa, aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiaram. Muito obrigada!

Ao Instituto Federal de Brasília, por ter disponibilizado essa oportunidade.

Aos professores do Programa de Mestrado em Ciências da Educação/ Administração Educacional do Instituto Politécnico de Santarém, sou muito grata por essa experiência.

Aos meus amados alunos que sempre me fazem acreditar no potencial da educação como um instrumento de transformação.

E por fim, a todos os professores e gestores que tive o prazer de conviver e trocar experiências sobre educação

Introdução

As mudanças globais ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, as transformações no mundo do trabalho demandam das instituições de educação repensarem seus currículos e buscarem novas abordagens educativas para garantir um conjunto de condições de acesso, permanência, êxito que visem qualidade no ensino.

A formação ofertada pelas escolas que, por vezes, privilegia a preparação ao acesso à educação superior nem sempre se configura como aporte de conhecimentos suficientes para os jovens que não acessam a esse nível de ensino e precisam ser inseridos no mundo do trabalho logo após a conclusão da educação básica. Visto que, por razões sociais (dentre outras) muitos estudantes após o Ensino Médio são inseridos no mercado de trabalho sem cursos de formação técnica, sendo submetidos a treinamentos aligeirados ou desemprego.

Como resposta a esse desafio retoma-se, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/1996, a oferta de cursos de educação profissional relacionada ao Ensino Médio e diversas instituições de ensino passam a diversificar sua oferta de programas e cursos profissionais.

Nesse cenário, o contexto do mercado de trabalho exige além de domínio operacional, a compreensão global do processo produtivo e o desenvolvimento de competências sociais nas quais o trabalhador tenha o olhar ampliado para o desenvolvimento de habilidades.

Com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional é instituída em 2008 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, na perspectiva deste, enquanto sujeito ativo, ético e contextualizado, ser capaz de compreender a realidade e superá-la.

A educação profissional respaldada pela Lei nº 11.741/2008, visa abranger cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, assim como educação profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação. Essa legislação altera e complementa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Orienta também que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao

Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica (LDB,1996).

O Instituto Federal de Brasília (IFB) foi criado no contexto da Rede Federal e passou a ofertar a comunidade cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação, cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos de curta duração voltados à qualificação profissional, assim como cursos ofertados pelos Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Mulheres Mil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além dos ofertados na modalidade Educação a Distância (EaD), pelo Programa e-Tec Brasil.

A ampliação da oferta de vagas na Rede Federal democratizou o acesso dos estudantes, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) que trazem como princípios a garantia de acesso escolar.

A forma de acesso a esses cursos no Instituto Federal de Brasília é por meio de sorteio, salvo os cursos superiores, nos quais o ingresso se dá por meio da nota Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa foi realizada em um Campus do IFB que atualmente oferta diversas modalidades de ensino, dentre eles os cursos técnicos de ensino médio integrado, concomitante e subsequente, uma licenciatura e cursos de formação inicial e continuada. Os cursos são oferecidos nas modalidades presencial e EaD.

Nesse vasto campo de ofertas de curso o que se destacou foi à demanda da comunidade por vagas no curso técnico em equipamentos biomédicos (um dos mais procurados no IFB) e o número elevado de desistência estudantil já no primeiro módulo do curso.

Infere-se que o sorteio, como política de acesso aos cursos do IFB, de certa forma, garante o acesso as vagas sem primar pela meritocracia. Porém, além do acesso é fundamental garantir a permanência e o êxito do estudante.

A questão da não permanência estudantil é geralmente apontada na literatura na perspectiva da evasão. Sales (2008) aponta para o fato de que a evasão escolar envolve fatores individuais, por vezes associados a características pessoais do estudante, e institucionais associados à família, escola e comunidade.

Em relação às causas da evasão no ensino profissional ainda é incipiente o número de pesquisas. Sabe-se que os índices de evasão são altos apesar da demanda do mercado

de trabalho por profissionais com formação técnica. Porém, garantir a permanência dos estudantes ainda é um desafio para a gestão educacional.

O modelo de gestão da rede de educação profissional e tecnológica exige do seu gestor um olhar diferenciado dos processos, pois, pelo seu caráter *multicampi*, são ofertadas diversas modalidades de ensino concomitantemente. Esse modelo é pioneiro na educação brasileira, o que gera desafios, sendo um deles, garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

No Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) elaborado pelo IFB em 2014, foi estabelecido como um dos objetivos estratégicos referentes ao eixo Educação a implantação de políticas educacionais que visassem à redução da evasão e da retenção dos estudantes. Essas políticas deveriam ser desenvolvidas levando em consideração dimensões internas e externas da instituição.

Em consonância com esse objetivo estratégico, em especial da área de Ensino, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aponta que as políticas de ensino do IFB devem estar pautadas nos valores da instituição, a saber: ética; educação como bem, público gratuito e de qualidade; formação crítica, emancipatória e cidadã; gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; respeito à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação e; sustentabilidade econômica e socioambiental. O documento sinaliza como meta estratégica a diminuição dos índices de evasão menor que 10% e de retenção menor que 6% até 2018. (PDI,2014)

Além disso, as políticas deveriam visar “a formação docente e dos técnicos administrativos, como ação institucionalizada; o combate à evasão e à retenção; a avaliação global das práticas educativas; a construção de parâmetros de qualidade na educação”. (PDI, 2015, p.15)

Dentre as políticas voltadas a permanência e êxito destaca-se a política de Assistência Estudantil PAE, esse documento apresenta um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. (PAE,2014)

Os programas implantados no IFB são: Programa Auxílio Permanência, Programa de Residência Estudantil, Programa Monitoria, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico e Científico. Esses programas são desenvolvidos pela coordenação de assistência estudantil que possui uma equipe multidisciplinar composta por Assistente social, pedagogo, psicólogo e assistente de alunos.

Assim, constitui-se como ponto de partida dessa pesquisa investigar como a gestão do *campus* do IFB que oferta o curso técnico em Equipamentos Biomédicos tem desenvolvido ações locais que asseguram a permanência dos estudantes.

Constituem-se como objetivo dessa pesquisa:

Geral - Analisar o papel do gestor em relação à redução dos índices de evasão escolar em cursos técnicos subsequentes ofertados no campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília.

Específicos - analisar as causas da evasão escolar no curso técnico em Equipamentos Biomédicos; identificar as intervenções realizadas para evitar a evasão do ponto de vista de gestores, estudantes e docentes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos; identificar ações da gestão educacional para promoção do êxito dos estudantes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos e; elaborar proposta de intervenção relativa à permanência estudantil.

Visando ao alcance desses objetivos esta dissertação foi estruturada em capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma reflexão teórica acerca da evasão estudantil na educação profissional a partir de seus conceitos e características básicas, os aspectos relacionados à evasão nos Institutos Federais e, mais especificamente nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Brasília.

No segundo capítulo são apresentados os conceitos relativos à gestão educacional a partir da perspectiva democrática tanto no âmbito legal quanto no contexto da educação profissional. É realizada uma revisão dos aspectos relativos à gestão no Instituto Federal de Brasília.

O terceiro capítulo é destinado a descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa. Destaca-se que a pesquisa caracteriza como estudo de caso e os instrumentos de coleta de dados foram questionário e entrevista semiestruturada.

O capítulo quatro é destinado a analisar os dados obtidos na busca por compreender dos fatores determinantes para desistência estudantil e as ações da gestão. Esse capítulo foi organizado em tópicos, a saber: perfil do estudante; percepção dos diferentes sujeitos sobre a desistência estudantil; e estratégias da gestão para promover a permanência do estudante.

O quinto capítulo é destinado a apresentação do plano de intervenção que nasceu como resultado da pesquisa realizada, esse plano de intervenção é composto por ações e estratégias pedagogicamente sistematizadas a ser realizado de forma organizada, institucionalizada e contínua. Para tanto, apresenta-se um guia de acompanhamento

estudantil a ser desenvolvido em três fases, a saber: Plano de ação para revisão do Projeto Pedagógico do Curso, Organização didático pedagógica e Acompanhamento de frequência e aprendizagens.

E por fim, são apresentadas as considerações finais que apontam delineações e possibilidades para o alcance do êxito escolar.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL EM INTERFACE COM A EVASÃO ESCOLAR

Neste capítulo é feita uma revisão bibliográfica, bem como, uma contextualização histórica da educação profissional no Brasil e, mais especificamente, no Instituto Federal de Brasília.

1. Breve histórico da Educação Profissional no Brasil

Os registros históricos apontam que a formação profissional no Brasil data da época da colonização. Os primeiros aprendizes de ofícios, índios e escravos, marcam um modelo de profissionalização destinado às classes mais baixas da sociedade. Johann (2012) ressalta que:

A educação profissional já trazia nessa época a ideia de exclusão e discriminação em relação aos ofícios ensinados, pois o acesso de escravos era impedido e aos homens livres cabia aprender somente algumas profissões, com normas rigorosas. (Johann, 2012, p.10)

Com a expansão do ouro criou-se, em Minas Gerais, as casas de fundição e moeda. Com essa criação surge uma demanda de mão de obra qualificada destinada aos filhos de homens brancos. Ainda nesse período foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil. Esses Centros recebiam os operários portugueses que chegavam ao Brasil.

Tratado como colônia de exploração pelos portugueses o Brasil passou por uma estagnação no desenvolvimento industrial, pois havia receio por parte da Metrópole quanto à independência, uma vez que a produção de terras brasileiras e as facilidades da navegação para o comércio eram um grande atrativo econômico.

Em 1808, D. João VI cria o colégio de fábricas que tinha como finalidade atender a educação dos artistas e aprendizes que vinham de Portugal atraídos pela abertura dos portos e das indústrias. Destaca-se a permanência do modelo de ensino seria destinado aos mais desfavorecidos socialmente.

No governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a educação profissional se reorganiza partir do Decreto nº 7.566 que criou, em diferentes unidades federativas, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Essas escolas

estavam vinculadas à jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Oliveira (2008) aponta que:

No governo de Nilo Peçanha o ensino profissional no Brasil teve um grande impulso: em todas as capitais do Brasil foram criadas escolas de profissionalização. Em 1910 estavam instaladas dezenove escolas em situação bastante precária, tanto de instalações como de formação dos professores que atuavam. (Oliveira,2008,p.9)

Johann (2012) destaca que as Escolas de Aprendizes Artífices, tinha um caráter assistencialista e de ordem moralista, pois o acesso a essas escolas era preferencialmente dos desvalidos da fortuna.

A década de 1930 foi marcada por uma crescente expansão do ensino industrial. Nesse período foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública e estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico que supervisionava as escolas de Aprendizes Artífices. Essas escolas enfrentaram sérias dificuldades estruturais que geraram impactos pedagógicos. Por isso não conseguiram atender às demandas do setor industrial.

As escolas de Aprendizes e Artífices não obtiveram o êxito desejado no ensino profissional para o atendimento às demandas do setor industrial. As oficinas eram precárias, os prédios inadequados, havia escassez de profissionais qualificados e especializados; dessa forma o ensino profissional reduziu-se ao conhecimento empírico, ocasionando assim a alta porcentagem de evasão em relação ao número de matrículas por escola no ano de implantação da rede. Das duas mil, cento e dezoito matrículas somente um mil, duzentos e quarenta e oito frequentavam a escola, o que representa uma evasão de mais de 50% como quadro geral no país (Johann como referido em Lopes, 2007, p. 213).

No contexto da educação profissional a evasão escolar se faz presente desde esta época. Johann (2012) “destaca que maioria dos estudantes abandonava o curso quando já dominavam os conhecimentos mínimos para trabalhar nas fábricas ou nas oficinas”.

Na Constituição Federal de 1937 o ensino profissional foi formalmente amparado por uma legislação. O documento sinalizava que o “ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado” (BRASIL, 1937). Destaca-se a ponderação de Hübner (2015) de que a educação para o trabalho fica relegada à coisa de “pobre”, sendo que as classes mais favorecidas e privilegiadas da população receberiam o ensino propedêutico.

Ainda em 1937 as escolas de Aprendizes Artífices se transformaram em Liceus Profissionais. Johann (2012) destaca que os Liceus traziam uma nova filosofia para o ensino técnico profissional que deixava de ser meramente assistencialista, uma vez que novas ideias relativas ao ensino necessário à indústria foram implementadas.

Quatro anos depois a Reforma Capanema passou a considerar o ensino profissional como ensino médio e os cursos divididos em dois níveis:

o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (MEC, 2010. P 2).

A LDB 5.692/71 que estabeleceu a formação técnica para todos os currículos do ensino médio com o objetivo de formar técnicos sob regime de urgência. Essa mudança foi provocada por demanda técnicos para suprir o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a educação passa a ter um caráter dualista, que consistia em ofertar formação propedêutica para as elites que, em seguida, cursariam o ensino superior e o ensino profissional às classes menos favorecidas que não tinha condições e nem incentivo de continuar seus estudos e seriam imediatamente para postos do mercado de trabalho.

Johann (2012) considera que:

a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constitui-se historicamente a partir da categoria “dualidade estrutural”, uma vez que havia uma nítida demarcação de trajetória educacional para as elites e para os trabalhadores. Desse modo, os cursos profissionalizantes eram destinados àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias; já às elites cabia o ensino das ciências e humanidades para dar suporte às atividades intelectuais, o que as levaria ao ensino superior. (p.20)

Em 1978, as escolas técnicas federais são convertidas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) ampliando as atribuições, pois, passam a ofertar também formação tecnológica. São ampliadas suas instalações físicas, há um aumento nos laboratórios e incremento nas condições técnicas, pedagógicas e administrativas.

A década de 1980 trouxe ao país uma abertura democrática. Nesse período finalizavam 21 anos (1964-1985) de regime militar e, com isso, foi elaborada a Constituição Federal de 1988 - CF88, que tinha um caráter democrático e inclusivo.

No âmbito da educação foi instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9396/96), tinha como objetivo organizar o sistema de educação brasileiro e, em seus artigos, a educação profissional fica organizada da seguinte maneira:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Nesse primeiro artigo já é possível perceber a definição de três níveis da educação profissional: de formação inicial e continuada - destinado a trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar; de formação profissional e técnica destinada para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e o nível tecnológico, que oferta formação superior, tanto graduação como pós-graduação, a jovens e adultos.

Nesse contexto inicia-se a expansão da educação profissional, com o Decreto 2.208/1997, que tinha como objetivo criar Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para expandir a oferta de cursos de formação de trabalhadores no país. Os recursos, da ordem de US\$ 500 milhões, sendo: 25% do Mec; 25% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 50% do BID. Esses recursos foram utilizados para construção e reforma de centros de educação profissional, aquisição de equipamentos e de material didático. (MEC, 2005)

A primeira expansão se deu em 2005, pela publicação da Lei nº 11.195/2005, foram criadas 64 novas unidades de ensino. Conforme expõe MEIRA (2015), o projeto era implantá-las em outras localidades, preferencialmente em periferias e municípios interioranos, distantes dos centros urbanos, cuidando para que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais do mercado de trabalho.

A segunda fase da expansão ocorreu em 2007 e tinha como meta entregar a população mais de 150 novas unidades de ensino, perfazendo, até 2010, um total de 354 unidades, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional (MEC, 2010).

Com o crescimento das escolas por meio do plano de expansão que surgiu a necessidade de uma nova institucionalidade, o que foi efetivado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta lei cria trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme o Art. 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (MEC/2008).

Após a expansão são traçados novos desafios, por meio de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Destaca-se os aspectos relacionados à ampliação da oferta da educação profissional a distância, maior integração entre o ensino médio e a educação profissional, fortalecimento de ações inclusivas que garantam acesso, permanência e êxito dos estudantes (MEC, 2015). Essas propostas passam a ser entendidas como um processo de construção social, pois tem o objetivo de qualificar o estudante baseado em princípios científicos, tecnológicos e sociais.

O técnico não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não racionando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas. Ou seja, trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada. (BRASIL, 2004, p.7)

Assim, Rede Federal de educação profissional, centenária, cujas atividades iniciais eram instrumentos de uma política voltada para as classes menos favorecidas, hoje possibilitam a população acesso às bases científicas e tecnológicas.

1.2 A evasão escolar no contexto do IFB

A história da escola técnica em Brasília se inicia em 1962, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília, em Planaltina. Subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, seu objetivo era ministrar cursos regulares de Ginásio e Colegial Agrícola. (PDI, 2008). Em 1978, por meio do Decreto nº 82.711/ 78, o colégio agrícola foi transferido para o governo do Distrito Federal, ficando sob sua responsabilidade até 2007. Com a expansão da Rede Federal de ensino a Escola passa a se chamar Escola Técnica de Brasília, sendo novamente federalizada.

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela Lei n. 11.892/08, a Escola Técnica Federal de Brasília é incorporada a essa rede e se torna o Instituto Federal de Brasília (IFB), campus Planaltina. A partir daí são criados campi nas regiões administrativas de Taguatinga, Riacho fundo, Gama, Samambaia, Brasília (Plano Piloto), São Sebastião, Ceilândia e Recanto das Emas.

O IFB atua em todos os níveis e modalidades da educação profissional. Mantém

estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, articulado a uma experiência institucional inovadora, promove os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento Institucional. (PDI,2008).

A primeira versão do Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborada em conjunto com a comunidade e tinha como finalidade nortear os passos da instituição na sua fase de criação. Esse Plano vigorou até 2013.

A versão vigente do PDI, sinaliza questões mais amplas que dizem respeito ao atual cenário do IFB. No documento a Missão da instituição é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social. (PDI, 2014).

O documento destaca, em seu mapa estratégico, a expansão da oferta de cursos de forma a alinhar as necessidades de qualificação para o mundo do trabalho, assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi do IFB, além de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão visando contribuir com o desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e Entorno.

O mapa estratégico sinaliza, no âmbito dos processos internos a implantação de políticas educacionais, a redução da evasão e retenção de estudantes. Para tanto, foram traçados indicadores e metas para esse objetivo, conforme se observa na Figura 1:

Figura 1- Indicadores e metas para a redução da evasão e retenção estudantil

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes	Percentual de alunos retidos	Percentual	<10%	<9%	<8%	<7%	<6%
	Percentual de alunos evadidos	Percentual	<50%	<45%	<30%	<20%	<10%

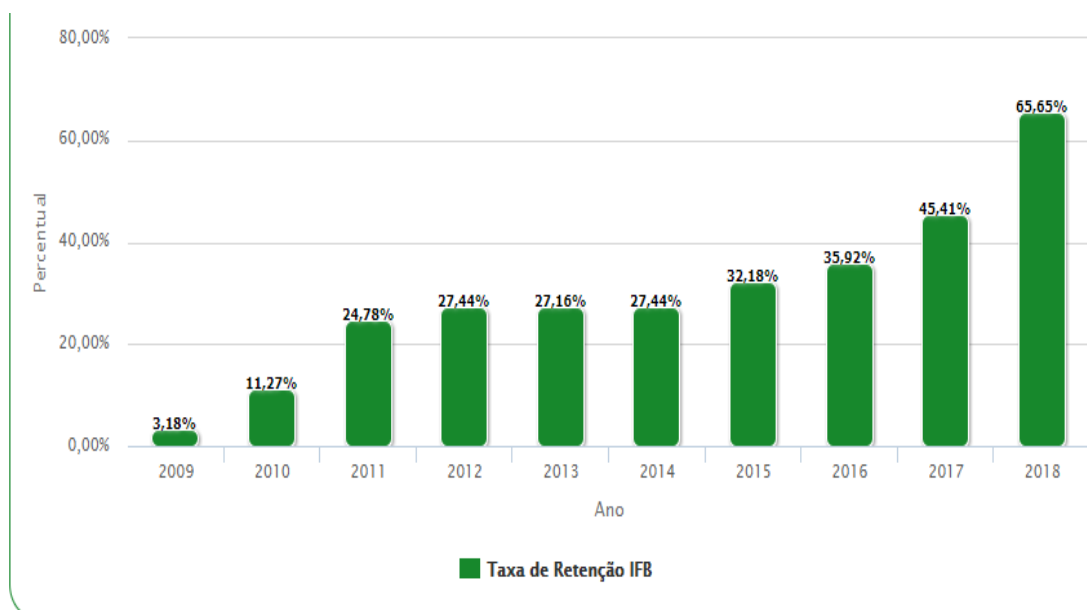
Fonte: PDI 2014

A figura apresenta como objetivo estratégico implantar políticas educacionais que visem reduzir gradativamente os índices de evasão e retenção de estudantes até o ano de 2018, menor de 6% para evasão e menor que 10% para retenção.

Em relação os índices de estudantes retidos observam-se na Figura 2 um aumento significativo dos índices. Isso indica que a meta estabelecida no plano de desenvolvimento

estratégico ainda não foi alcançada.

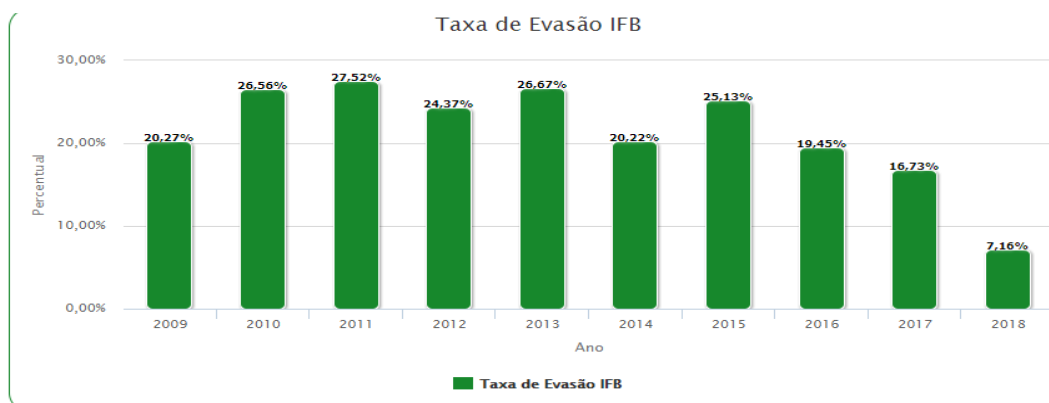
Figura 2- Taxa de retenção IFB



Fonte: IFB em números

No que se refere às taxas de evasão se observa na Figura 3 a diminuição nos índices estabelecidos, porém ainda não foi possível alcançar a meta expressa no PDI, vale ressaltar que a meta para 2018 ainda não está com dados reais pois apresentam o quantitativo identificado até junho de 2018.

Figura 3- Taxa de Evasão IFB



Fonte: IFB em números

A evasão acarreta uma série de problemas no âmbito acadêmico, social e econômico, pois o estudante ao evadir, deixa ociosa a vaga que ocupava gerando ao poder público ônus financeiro subaproveitado. Dessa forma, o impacto da evasão escolar vai além da esfera pedagógica e social, apresentando impacto também no plano financeiro.

Em 2013, um grupo de pesquisadores do IFB, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino (PREN), iniciou pesquisa acerca dos processos que envolviam a desistência dos

estudantes nos cursos. O objetivo inicial era analisar os marcos teórico e metodológicos presentes na literatura sobre a evasão escolar na educação profissional e tecnológica (EPT) e propor políticas de superação da evasão escolar no IFB.

O grupo utilizou informações do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). O SISTEC disponibiliza, mensalmente, informações sobre cursos técnicos de nível médio, escolas e estudantes desse nível de ensino (MEC 2010). Em relação ao SISTEC o grupo chegou a seguinte conclusão:

No Sistec, constam os termos evadido e cancelado: o evadido não formaliza, não dá satisfação; o cancelado formaliza a desistência. Só que essa informação não é consenso nos sistemas do TCU, do MEC e da Rede Federal, no caso o IFB. Uma das maiores dificuldades do IFB, é a diversidade de instrumentos, com diversas nomenclaturas, que precisam ser constantemente preenchidos. Nos documentos internos do IFB, não há evadido, apenas cancelado. (MEC,2010,p.12)

Essa diversidade de instrumentos que não estão sintonizados dificulta encontrar dados estatísticos reais no tocante ao número de alunos desistentes, cada órgão entende de uma maneira diferente, atribuindo diferentes nomenclaturas, essa dificuldade se encontra também na instituição e nos grupos de trabalho sobre o tema.

O grupo concluiu que seria necessária a criação de um projeto institucional visando à permanência e o êxito dos estudantes do IFB. Nesse mesmo período a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) lançou a Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, na qual orientava as instituições federais deveriam elaborar Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Assim, em 2016 foi criada a Comissão para Elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFB.

Embasados também pela Constituição Federal (CF/1988) que prevê, em seu Artigo 205 a educação como direito de todos, dever do estado e da família. E, no Artigo 206 sinalizando que o ensino deve ser fundamentado em princípios, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) corrobora a CF/1988 ao afirmar, em seu Art. 3º que o ensino será ministrado com base na “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”.

Apesar da garantia da permanência estar presente nas duas leis, o índice de evasão em todas as modalidades de ensino é alarmante. Meira (2015) destaca que a universalização na educação básica ainda não é garantia para todos e as dificuldades de acesso e permanência são problemas reais. Tal situação acarreta problemas sociais relacionados à desigualdade e exclusão.

Portanto, a evasão escolar apresenta-se como uma das fragilidades no sistema escolar brasileiro. Integra os debates relacionados à educação como uma questão de conceito complexo, dinâmico, mutável.

Dore e Lüscher (2010), ressaltam a importância da garantia do direito ao acesso e permanência nas instituições de ensino. Destacam também a necessidade do acompanhamento da gestão escolar quanto ao que pode levar os estudantes a desistirem da escola. Essas motivações devem ser identificadas antes da saída do estudante para que se consigam elaborar estratégias no intuito de assegurar os direitos previstos pela legislação.

Gomes e Bastos (2010), consideram que a evasão escolar, apesar de ser um tema estudado e debatido por pesquisadores, ainda enfrenta dificuldades relacionadas à identificação precoce de suas causas. Atribuem essa dificuldade a natureza multiforme da evasão, destacando que a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas ao longo da trajetória escolar do estudante.

Rumberger (2006) apresenta duas perspectivas relacionadas aos aspectos motivacionais, uma na perspectiva do estudante e outra relacionada à perspectiva institucional. Quanto ao estudante, o ato de abandonar a escola pode ser influenciado por fatores relacionados tanto ao pessoal quanto pela família. No aspecto institucional estão as configurações da comunidade em que o indivíduo está inserido. Sales (2000) amplia essa visão incluindo a própria escola como uma das responsáveis pela evasão escolar. Para Lobo (2012) e Tigrinho (2008) a evasão escolar tem como uma das prováveis causas a gestão escolar, uma vez que essa não consegue identificar os fatores que causam esse fenômeno e elaborar propostas que garantam a permanência e o êxito dos estudantes.

Costa (2005) aponta dois grandes fomentadores motivos para a evasão escolar: a instituição de ensino (infraestrutura, corpo docente, matriz curricular) e a situação socioeconômica dos estudantes.

Assim, a discussão acerca da permanência e êxito tomou corpo no âmbito do IFB e identificar as causas da desistência dos estudantes passou a ser um dos objetivos de investigação de gestores, docentes, técnicos e da SETEC, que regulamenta a educação profissional brasileira.

CAPÍTULO 2

A GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo serão aprofundadas as considerações teóricas em torno da gestão educacional. O capítulo será dividido em dois subtópicos. No primeiro deles traz conceitos de gestão educacional e um breve remonte histórico da gestão educacional na legislação brasileira. O segundo faz considerações acerca gestão educacional no contexto do Instituto Federal de Brasília.

2.1. GESTÃO EDUCACIONAL: CONCEITO E CONTEXTO LEGAL

Silva (2010) sinaliza que a gestão é um elemento fundamental para o desenvolvimento constante de uma instituição, pois produz resultados decisivos para o sucesso ou não da organização, nesse sentido, interessa-nos aqui tratar dos modelos de gestão pertinentes à educação. Para Libâneo (2012), a gestão educacional pode ser concebida a partir de diferentes modelos e concepções. Cada uma dessas se detém a finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação de estudantes. A Figura 4 traz esses modelos e concepções:

Figura 4 - Modelos e concepções de gestão educacional

Técnico-científica	<ul style="list-style-type: none"> • A concepção técnica-científica é baseada no detalhamento de funções e tarefas, nesse caso o poder está centralizado no diretor, tem um caráter rígido impondo regras e procedimentos burocráticos.
Autogestionária	<ul style="list-style-type: none"> • Baseia-se na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual participação de todos na instituição
Democrático participativa	<ul style="list-style-type: none"> • Baseado no ato de gerir a dinâmica cultural da escola, e que nesse ato deverá ser levado em considerações aspectos legais e morais que regem a educação, em um processo afinado com o Projetos Políticos Pedagógicos que norteiam as ações da instituição de ensino, sem deixar de lado a participação da comunidade escolar, é fundamentado na concepção democrático participativa

Fonte: Libâneo (2012, p. 446).

Os modelos apresentados na figura 4, fazem parte da visão de gestão das instituições de ensino. Ainda hoje se percebe traços desses três modelos na gestão educacional, o primeiro se baseia na centralizada com características rígidas, já a concepção autogestionária se destaca pela ausência de direção centralizada e na participação de todos da instituição e o último modelo apresentado, é o que mais se aproxima do que vem expresso nas legislações educacionais, pois sinaliza uma gestão que tem um processo afinado com a participação da comunidade escolar e na concepção de gestão democrática.

Dessa forma, ao discutirmos o modelo da gestão democrático participativa, podemos destacar que:

Baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumida por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Para isso, valoriza os elementos internos do processo organizacional – O planejamento, a organização, a direção, a avaliação -, uma vez que não basta a tomada de decisões, mas é preciso que elas sejam postas em prática para promover melhores condições de viabilização do processo de ensino- aprendizagem. (LIBÂNEO, P. 326).

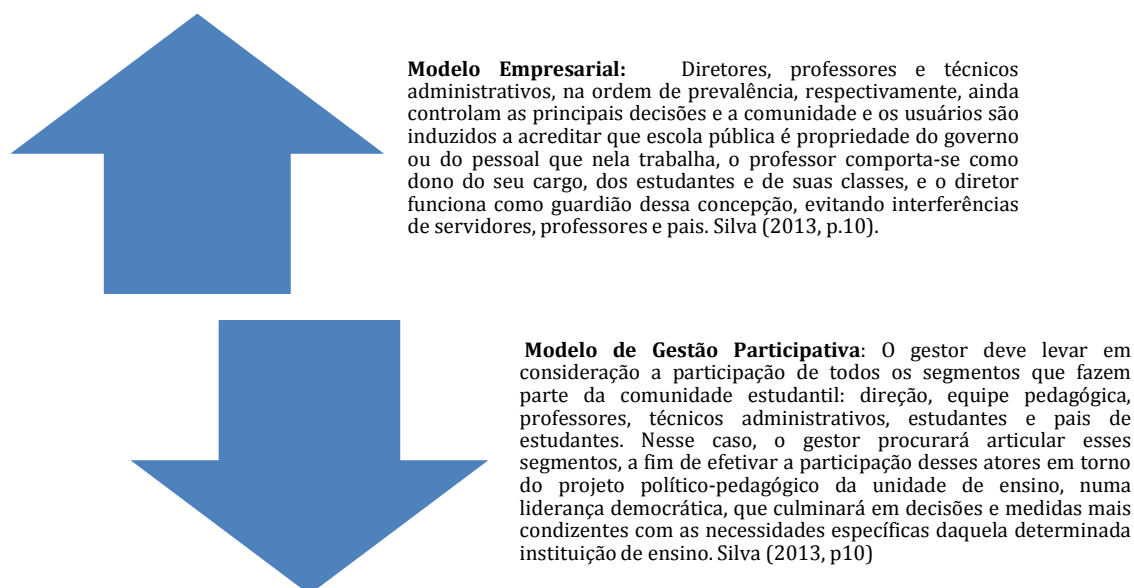
Diversos autores voltam o olhar para esse modelo de gestão educacional nas suas mais variadas concepções. Destacamos Luck (2009) que o conceitua como:

[...] de gestão escolar se estabelece em diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações).

Essas duas concepções valorizam o trabalho em equipe, contam com participação das pessoas nas tomadas de decisões e destacam a importância do planejamento, acompanhamento e avaliação para favorecer a melhoria dos processos de ensino aprendizagem.

Embates sobre as percepções de gestão educacional são travadas por pesquisadores da área que trazem dois modelos de entendimentos acerca do tema nos quais são apresentados dois modelos antagônicos de gestão educacional, conforme Figura 5.

Figura 5- Modelos de gestão educacional



Destaca-se que o primeiro baseia-se em um modelo educacional que se assemelha a uma organização empresarial. Silva (2013) expõe que nesse cenário existe uma organização hierárquica enfatizando que há um monopólio da gestão restrito a grupos específicos. No segundo modelo é defendida uma concepção de educação que coloca a gestão democrática como uma proposta de política pública. Oliveira (2012) “afirma que esse modelo valoriza as dimensões políticas de gestão, pois, caminha para uma proposta de transformação da educação e da realidade social”. (p.20).

Assim, para refletir sobre como esses modelos que estão presentes na gestão educacional brasileira é necessário pensar no contexto das mudanças ocorridas no Estado brasileiro levando em consideração as diretrizes educacionais que regem o país. Apresentaremos, a seguir, um breve histórico dessa legislação com o intuito de entender como a perspectiva de gestão educacional democrática foi e vem sendo inserida nos mais diversos contextos educacionais.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – lei 4.024/1961, trouxe reflexos de uma transição da organização econômica e do regime militar. O modelo de gestão educacional a ser implementado tinha características descentralizadas, o diretor era escolhido pelo Conselho Federal de Educação, em relação ao cargo de diretor o artigo 42º da lei estabelecia que “o Diretor da escola deverá ser educador qualificado”, esse educador infundia à escola a eficácia do instrumento educativo por excelência e tinha o papel de transmitir a professores, alunos e à comunidade sentimentos, ideias e aspirações com teor cristão, cívico, democrático e cultural.

Em 1988, com a queda do regime militar e com a elaboração do novo ordenamento jurídico, a regulamentação da gestão educacional foi revista. Esse modelo, expresso na Constituição Federal de 1988, art. 206, trata dos princípios pelos quais o ensino será ministrado. No §VI, indica que a gestão do ensino público deverá ser:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)

I–Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II–Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV–Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V–Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI–Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII–garantia de padrão de qualidade;

VIII– piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Esse conjunto de princípios que a constituição apresenta trouxe novas perspectivas da oferta de educação, ao passo que trazem características democráticas apresentadas na garantia de acesso, permanência, valorização do ensino público e dos profissionais da educação, e para que isso acontecesse era necessário também se pensar a forma de conceber a gestão da educação, que também é apresentada nesses princípios como gestão democrática no ensino público.

Em 1996 foi sancionada a LDB 9394/1996 que, em consonância com a CF de 1988, define os princípios, diretrizes e normas que regulam o sistema brasileiro de educação. A referida lei traz três artigos nos quais menciona a gestão democrática. No Art. 3º está expresso: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.” O artigo já sinaliza que a gestão será regida pela lei de diretrizes e bases na perspectiva de gestão democrática, porém os estados e municípios terão autonomia para se adequar conforme sua realidade educacional.

Ainda na LDB, o artigo 14º retoma o tema e aponta:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino pública na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Fica explícito a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, que é um instrumento de gestão democrática e que orienta as ações da instituição. Além disso garante a participação da comunidade escolar nos conselhos e atividades da escola.

Mais à frente ainda se tratando de Gestão democrática o artigo 56º, sinaliza:

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Nesse artigo a lei orienta que as instituições de ensino superior também deverão se organizar levando em consideração os princípios da gestão educacional democrática com a participação de todos os seguimentos da comunidade escolar.

Assim nesses três artigos apresentados na legislação é possível perceber a organização das instituições de ensino de educação básica e ensino superior, com princípios que se baseiam em gestão democrática e com liberdade para se organizar conforme a realidade de cada espaço escolar. Vale destacar que essa legislação orienta a organização da gestão democrática no ensino público.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do Estado que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas no setor. O plano tem vigência de dez anos e determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional durante dez anos. No Art. 2º estão expressas as diretrizes do PNE:

Art. 2º São diretrizes do PNE: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

Conforme exposto, o segundo artigo do PNE apresenta e fortalece o que já vem sendo

discutido na CF/ 88 e na LDB/96, ao passo que orienta a promoção do princípio de gestão democrática da educação pública.

O documento apresenta metas e estratégias a serem alcançadas no decênio 2014-2024. A Meta 7 propõe “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb¹”. Já a estratégia 7.4 indica:

induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

Como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser apontados o fortalecimento da gestão democrática por meio de formações continuada dos profissionais da educação, e como instrumentos de ação, surgem propostas de acompanhamento e autoavaliação da educação básica por meio de processos que visam o fortalecimento e o planejamento das melhorias de educação.

O PNE traz ainda na Meta 19:

Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Referente a essa estratégia o PNE estabelecia prioridade para que os entes federados aprovassem lei específica disciplinando a nomeação de diretores, a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho e com a participação da comunidade escolar, também orientava a realização de prova nacional para subsidiar o provimento dos cargos de diretores escolares.

Assim, a partir do que foi revisado na literatura referente a gestão da educação, o modelo mais coerente para nos subsidiar refere-se ao modelo de gestão democrática apresentado por Oliveira (2012), que defende um modelo de gestão baseado na participação de toda comunidade escolar e que caminhe para uma proposta de transformação da educação, esse modelo coaduna com o que apresenta as legislações que regem a educação pública.

¹ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

2.2. A Gestão educacional no contexto do Instituto Federal de Brasília

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento norteador do planejamento estratégico do IFB. Nele estão definidos sua missão, sua visão, seus valores e estratégias com a finalidade de atingir seus objetivos e metas para um período de cinco anos.

O Planejamento Estratégico do IFB baseia-se no PDI, no Termo de Acordo de Metas IFB/MEC 2010/2022, nas Resoluções do Conselho Superior e nas demais legislações pertinentes. Nele há a inserção da construção participativa relacionada à execução dos planos de ações e das metas a serem atingidas até 2018.

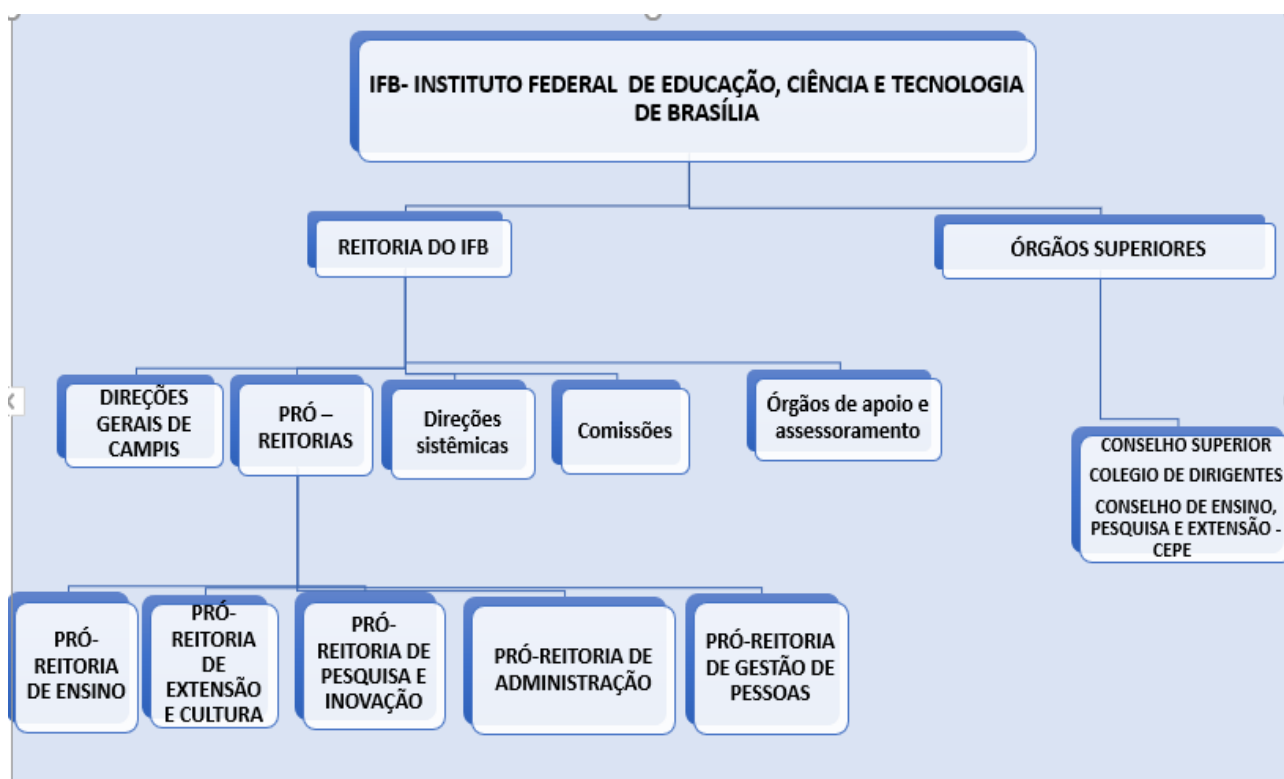
A metodologia utilizada para elaboração desse documento foi pautada nos princípios da gestão democrática, com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica no cotidiano da instituição e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões. Nesse documento é previsto a consolidação da gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa, como objetivo estratégico, a saber:

Objetivo estratégico: Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa. **Descrição do objetivo:** Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um locus privilegiados para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais (PDI, p. 28).

Pensar formas de gestão educacional no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é um desafio por sua natureza em ofertar cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino e por sua organização multicampi, além de articular o ensino com a pesquisa e extensão. Morosini (2017) afirma que a rede federal se organiza diferente de todas as estruturas educacionais brasileiras e acaba carregando em si, características antes não vistas na gestão educacional no Brasil.

Na Figura 6 pode-se observar o organograma com a estrutura administrativa do IFB, conforme a Resolução 01/2017:

Figura 6 - Estrutura Administrativa do IFB



Fonte: Site do IFB².

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, Art. 11, está expresso que os Institutos Federais terão como órgão executivo a Reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores. Esse modelo se assemelha aos modelos das universidades brasileiras. A estrutura administrativa está, inicialmente, organizada em órgãos superiores e administração geral. Os órgãos colegiados podem ser divididos em dois: O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo e, o Colégio de Dirigentes de caráter consultivo. O conselho superior é o órgão máximo do IFB e é composto pelo Reitor, servidores técnicos e docentes, alunos, egressos da instituição, representantes da sociedade civil, representante do Ministério da Educação e Diretores-Gerais de campi.

Esse órgão tem como principais competências: aprovar as diretrizes para atuação do IF e zelar pela execução de sua política educacional, coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFB e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892, de 2008, aprovar os planos de desenvolvimento institucional, aprovar o projeto político-pedagógico, a organização

² Informação disponível em:
<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/ANEXO%20III%20%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001_2017.pdf>

didática, assim como aprovar questões referentes ao orçamento da instituição. (PDI,2014,p. 80)

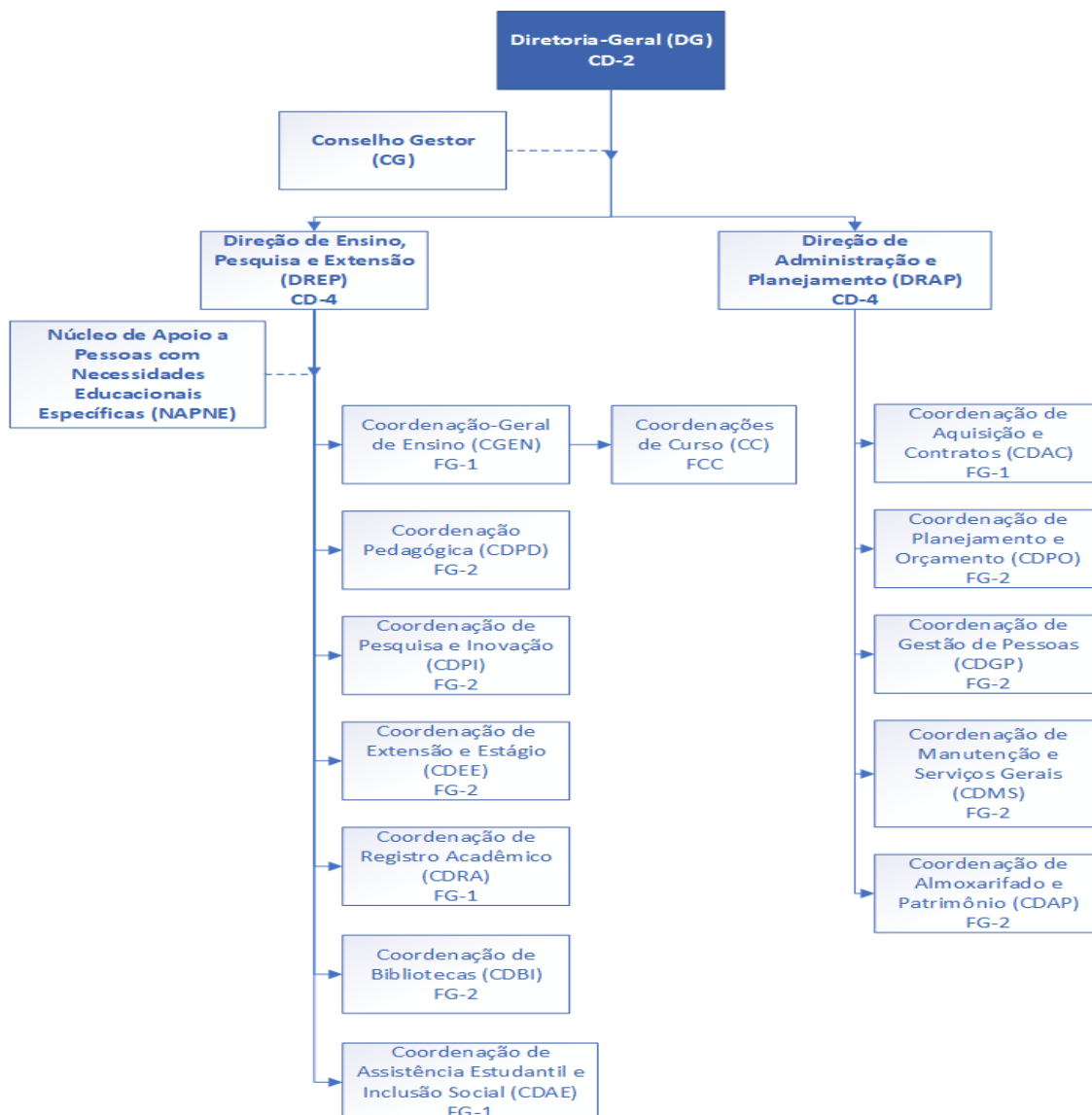
Na administração geral estão o Reitor, os cinco pró-reitores, as comissões, diretorias sistêmicas e órgão de apoio e assessoramento. Os Pró- Reitores são servidores da instituição e nomeados pelo Reitor. A composição das pró- reitorias do IFB são configuradas em: Pró-Reitoria de ensino, Pró-Reitoria de pesquisa e inovação, Pró-Reitoria de extensão e cultura, Pró- Reitoria de administração e Pró- Reitoria de gestão de pessoas.

Ligadas diretamente ao ensino estão: Pró-Reitorias de ensino, extensão e cultura, e pesquisa inovação. As Pró – Reitorias de Administração e de Gestão de Pessoas estão relacionadas a organização administrativa da instituição. Conforme detalhamento de cada atribuição:

A Pró-reitora de Ensino (PREN) é o órgão executivo que planeja com os campi da instituição as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão, a esse órgão compete: planejar, coordenar, supervisionar, executar, fiscalizar, controlar e avaliar as políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação. A Pró-Reitora de Extensão (PREX) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à inovação, ante os diversos segmentos sociais. A Pró-Reitora de Extensão (PREX) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à inovação, ante os diversos segmentos sociais. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e pós-graduação integradas ao ensino e à extensão. A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) é o órgão executivo – com funções normativa e consultiva sobre matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias – que superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento operacional, de administração e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFB. Compete à Pró-Reitoria de Administração planejar, dirigir e controlar a execução das atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira e efetuar o gerenciamento de recursos humanos e patrimoniais. (PDI, p.15)

Nesse estudo vamos tratar especificamente do modelo de gestão dos *campi*, uma vez que esse é o *locus* da pesquisa. A figura 7 apresenta a estrutura do *campi* quer se configura em: Diretoria Geral que se ramifica em - Diretoria de ensino Pesquisa e Extensão e Diretoria de Administração e Planejamento, que também são ramificadas em coordenações. A estrutura administrativa dos *campi* do IFB organizada conforme a Figura 7:

Figura 7- Estrutura Administrativa dos campi do IFB



Fonte: Site do IFB³.

Os *campi* são dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo *campi*, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. (BRASIL /2008).

A Diretoria Geral do *campus* Ceilândia ainda não passou por esse processo de consulta à comunidade, pois, o *campus* estava em processo de implantação, e sinalizado

³

Informação disponível em:

<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/ANEXO%20III%20%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001_2017.pdf>

assim no artigo 14º da lei 11.892/2008.

§ 2º Nos *campi* em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter *Pro tempore*, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor *Pro Tempore* do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral *Pro Tempore* do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

A diretoria Geral do campus competem as atividades relacionadas à gestão administrativa e educacional. Essa diretoria tem como subdivisões a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP) e Diretoria de Administração e Planejamento (DRAP). Aqui serão apresentadas as funções da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, pois, é a que está diretamente relacionada aos objetivos desse trabalho.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão tem como principais funções coordenar e acompanhar a elaboração e a avaliação do planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua equipe é composta pela Coordenação Geral de Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Registro acadêmico, Coordenação de biblioteca, Coordenação de Pesquisa, Coordenação de estágio e extensão, Coordenação de Assistência estudantil e inclusão social e Coordenação de curso. Geralmente essas coordenações são nomeadas por indicação da Direção de Ensino, porém no Campus Ceilândia para a composição dessas equipes são oportunizados processos de seleção com divulgação de critérios para todos os servidores. Salvo a coordenação de curso que passa por um processo de eleição entre os professores do colegiado do curso.

Conforme apresentado infere-se na legislação dessa instituição, tanto nas tomadas de decisões das atividades da Reitoria e dos *campi*, está resguardada a participação de vários personagens que fazem a composição da comunidade escolar.

Portanto, estrutura da gestão administrativo/educacional do IFB tem como características principais: uma visão de gestão em que vários personagens são inseridos no processo de construção de uma educação que visa à qualidade do ensino. Além disso, prima pela de inserção e de permanência de estudantes das mais diversas camadas sociais.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo é definido como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2012, p.27) a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Assim, constitui-se como objetivo deste o estudo analisar o papel da gestão escolar em relação à redução dos índices de evasão escolar em cursos técnicos subsequentes ofertados no campus Ceilândia, do Instituto Federal de Brasília.

Quanto aos objetivos específicos foram estabelecidos:

- Analisar as causas da evasão escolar no curso técnico em Equipamentos Biomédicos;
- Identificar as intervenções realizadas para evitar a evasão do ponto de vista de gestores, estudantes e docentes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos;
- Identificar ações da gestão educacional para promoção do êxito dos estudantes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos;
- Elaborar proposta de intervenção relativa à permanência estudantil.

Quanto à análise dos dados a pesquisa caracterizou-se como quanti-qualitativa, pois “os pesquisadores qualitativos buscam soluções para as questões que realçam o modo com a experiencia social é criada e adquire significado. Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir de analisar as relações causais.” (Dezin e Lincoln, 2006. p.23)

Assim, a dimensão quantitativa da pesquisa está circunscrita no âmbito dos dados coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SGA), fornecidos pelo Registro Acadêmico do campus. Porém, os números de estudantes evadidos, por si só, não nos dariam de sustentar o objetivo desta pesquisa. Portanto, foi fundamental identificar qualitativamente as causas da evasão na percepção de gestores, professores e estudantes.

Para Lima e Moreira (2015), “a investigação qualitativa tem sua ênfase na interpretação das informações do entrevistado. Ela atribui grande importância ao contexto do

universo investigado, defendendo maior proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados” (p 12.).

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso, uma vez que enfatiza investigar a complexidade de um caso particular, a saber: a evasão no curso de equipamentos biomédicos do IFB. Para Yin (2001) o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Essa temática não é específica do campus Ceilândia, porém identificar as causas de evasão são específicas de cada instituição de ensino, por isso a escolha do estudo de caso, além disso foi investigado as intervenções feitas por essa instituição especificamente para esse curso.

3.2. Lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Ceilândia, no campus Ceilândia. A Região administrativa de Ceilândia foi criada em 1971 a partir da campanha de erradicação das Invasões – CEI, é a região administrativa com maior densidade urbana, com aproximadamente 442.865 mil habitantes. (IBGE,2010)

A região administrativa de Ceilândia conta com 18% da população do Distrito Federal, 45% da população tem menos de 20 anos e sua taxa de crescimento anual é de 1,21%, a cidade é composta por 166.212 e 176.622 Mulheres. O tamanho médio das famílias é de 4,87 membros. (GDF,2013)

A cidade possui um dinamismo próprio e a maior parte dos postos de emprego são disponibilizados para área do comércio. A renda familiar é de até 02 salários mínimos 16,19, de 02 a 10 salários mínimos 67,00, de 10 a 25 salários mínimos 15,13%, acima de 25 salários mínimos 1,68%. (GDF,2013)

O campus Ceilândia foi criado a partir de discussões em audiências públicas, que envolveram membros da comunidade escolar e representantes da sociedade civil. Ao todo foram realizadas três audiências para escolha dos cursos, nessas reuniões houve uma demanda muito forte por cursos na área da saúde e cultura (PPC, 2014)

Atualmente o Campus Ceilândia oferece a comunidade vários cursos. Em 2018 estão sendo ofertados: cursos técnicos integrado ao ensino médio na área de eletrônica; cursos técnicos subsequente ao ensino médio, nas áreas de eletrônica e equipamentos biomédicos; graduação em licenciatura letras Espanhol e cursos de Formação Inicial e Continuada nas áreas de Informática (informática básica para terceira idade) e cursos de línguas estrangeiras (Espanhol, inglês e alemão).

Para esse estudo foi escolhido o curso técnico em equipamentos Biomédicos, por ter

sido o primeiro curso técnico subsequente ofertado no campus e pelo fato de ser um dos cursos mais procurados pela comunidade.

A escolha do campus para oferta desse curso se justifica por essa área estar em constante crescimento por conta do avanço tecnológico em equipamentos e instrumentação biomédica. O resultado desse crescimento nessa área gerou uma forte procura por profissionais capacitados para atuar na manutenção desses equipamentos.

O curso é ofertado a alunos que já concluíram o ensino médio e buscam uma complementação de formação técnica. A faixa etária do curso é diversificada e está entre 18 a 60 anos. Eles são selecionados por meio de sorteio eletrônico.

3.3. Participantes

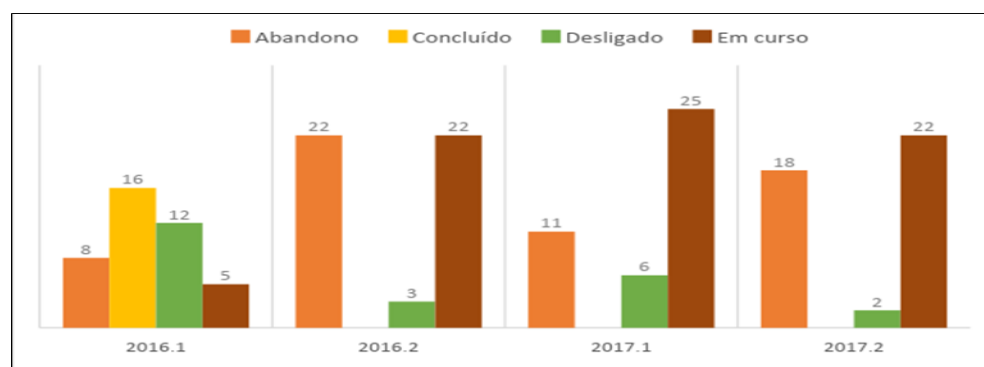
Os participantes desse estudo são os estudantes do curso técnico em equipamentos biomédicos evadidos, professores do curso e os gestores do campus (diretor geral, diretora de ensino, coordenadora geral de ensino, coordenadora do curso investigado, coordenador de assistência estudantil e coordenador pedagógico).

3.3.1 Estudantes

No ano de 2016/ 2017 foram ofertadas quatro turmas do curso técnico em equipamentos biomédicos, uma a cada semestre letivo. Os estudantes desistentes dessas turmas foram convidados a participar da pesquisa.

Inicialmente foram coletados dados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Esse sistema disponibiliza, mensalmente, informações referentes aos números de estudantes matriculados, concluintes, em situação de abandono e desligados.

Gráfico 1- Status de Matrícula no Curso Técnico em Equipamentos Biomédicos



Fonte: SISTEC, 2018.

No período de 2016/ 2017, o curso teve 182 estudantes matriculados, destes 59

abandonaram, perfazendo 45% de alunos desistentes, e 74 estão em curso perfazendo o total de 55% de estudantes em curso.

Para traçar o perfil dos estudantes desistentes e encontrar as causas desse abandono no curso técnico em Equipamentos Biomédicos foi encaminhado um questionário para 59 estudantes. Desses 41 foram efetivamente entregues aos destinatários. Foram respondidos 20 questionários.

Uma das dificuldades enfrentadas nessa pesquisa foi conseguir o retorno desses estudantes, pois depois que eles desistem do curso, fica inacessível a forma de comunicação, apesar de contarmos com meios eletrônicos, muitos desses sujeitos não se disponibilizaram a participar do inquérito.

3.3.2. Professores

O curso técnico em Equipamentos Biomédicos está organizado, em termos de gestão, em um colegiado composto por docentes, discentes e gestores. Compõe o colegiado 13 docentes com formação superior nas das áreas: Engenharia Elétrica, Eletrônica, Informática, Biologia, Inglês e Português. Fizeram parte deste estudo sete desses docentes.

Dos docentes que aceitaram participar 71,4% são do sexo masculino e 28,6% do sexo feminino. Quanto à formação, 71,4% são bacharéis, 57,1% são licenciados e 14,3% são tecnólogos. Em relação ao grau de escolaridade 28,6% são doutores, 42, 9% mestres e 28,6% especialistas.

Em relação ao tempo de experiência na docência: 57,1% possuem entre 5 e 10 anos; 14, 3% mais de 15 anos; 14,3% entre 10 a 15 anos e; 14,3% menos de 5 anos. Quanto ao tempo de experiência no curso os 85,7% possuem menos de 5 anos e 14, 3 % menos de um ano.

Portanto, infere-se que o perfil dos docentes é de maioria de do sexo masculino, com formação em cursos de bacharelado e mestrado. A maior parte deles tem mais de cinco anos de trabalho como docente e lecionam no curso a menos de cinco anos.

É importante observar o tempo que os docentes lecionam no curso, pois como a grande maioria possui cursos de bacharelados para muitos esse é o primeiro contato com o curso e ainda estão se adaptando tanto a prática docente como nas disciplinas que lecionam.

3.2.3. Gestores

Foram entrevistados seis gestores diretamente relacionados com as atividades de ensino no campus: o diretor geral do campus, a diretora de ensino, a coordenadora geral de

ensino, coordenadora do curso técnico em equipamentos biomédicos, coordenador de assistência estudantil e coordenador pedagógico. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas.

Quanto ao perfil dos gestores identificou-se que, em relação à formação 50% são bacharéis e 50% são licenciados. Em relação ao grau de escolaridade 33,3% são doutores em áreas específicas relacionadas à formação de graduação, 50% são mestres e 16,7% possuem especialização em áreas relacionadas à Educação.

Sobre o tempo de gestão 33,3% possuem experiência entre 7 a 10 anos em gestão na rede federal de ensino; 33,3% possuem entre 3 a 5 anos de gestão no IFB e 33,4% possuem menos de um ano de gestão.

É importante observar que 66,3% dos gestores entrevistados possuem pouca experiência de gestão na área educacional e especificamente no IFB, como já foi apresentado o IFB possui um modelo de gestão diferenciado de todas as instituições de educação do país e para esse gestor que está chegando é um grande desafio, é necessário uma formação específica e tempo para adaptação.

Para análise dos dados foram identificados como G1, G2, G3, G4, G5 e G6, sendo que ordem não foi relacionada ao cargo ocupado.

3.4. Instrumentos de coleta dos dados

Foram extraídos dados de documentos estatísticos do Sistec/SGA, com o intuito de identificar os estudantes que desistiram do curso nos anos letivos de 2016/ 2017.

Para identificação dos motivos de desistência estudantil foi aplicado um questionário (Anexo I) organizados em sessões referentes à: 1) aspectos socioeconômicos; 2) fatores que promoveram a evasão estudantil.

Destaca-se que houve um pré-teste do questionário o qual possibilitou redimensionar as questões relacionadas aos aspectos sociais (estado civil, quantidade de filhos, tempo que o permaneceu no curso e tempo que ficou sem estudar antes de ingressar no curso).

Após os ajustes o questionário foi encaminhado para 59 estudantes. Desses 41 foram efetivos, uma vez que 15 questionários não foram entregues ao destinatário por algum erro no e-mail. Foram respondidos 20 questionários no prazo estabelecido.

Os docentes do curso também responderam a um questionário (Anexo II), no intuito de identificar as percepções desses sujeitos no que diz respeito à desistência estudantil, no referido curso.

Aos gestores foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores (Anexo III), para identificar as ações da gestão educacional com vistas a promover o sucesso escolar.

Para Farias, Silva, Therrien e Sales (2010) a entrevista semiestruturada possibilita ao entrevistador: “[...] oportunidade para explorar aspectos não previstos inicialmente pelo entrevistador [...]” e é “um convite ao entrevistado para que ele discorra detidamente, com suas palavras e com tempo para refletir sobre o assunto” (p.23).

O roteiro da entrevista buscou alcançar aspectos subjetivos dos sujeitos na identificação dos fatores que levam o estudante a abandonar a escola e nas ações que são realizadas pela gestão.

CAPÍTULO 4

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O capítulo tem como objetivo descrever e analisar as informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta de dados, buscando compreender os fatores que contribuem para a desistência dos estudantes. Serão apresentados os seguintes aspectos investigados: perfil do estudante; percepção dos diferentes sujeitos acerca da desistência estudantil; e estratégias utilizadas pela instituição para favorecer a permanência do estudante.

Inicialmente foram coletados dados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Esse sistema disponibiliza, mensalmente, informações referentes aos números de estudantes matriculados, concluintes, em situação de abandono e desligados.

4.1 Perfil socioeconômico dos estudantes

Quanto ao sexo dos estudantes que responderam ao questionário pertinente a essa pesquisa 85% são do sexo masculino e 15% do sexo feminino. Em relação a desistência do sexo masculino foi encontrado um percentual de 29,03%, e em relação ao sexo feminino a pesquisa aponta para 40,38% de desistência. Pode-se perceber que o público que acessa e permanece nesse curso é predominantemente masculino, Hirata (2003) “aponta que a dificuldade das mulheres acessarem e permanecer nos cursos técnicos se encontra no fato de existirem nichos profissionais masculinizados e feminizados.”

Em relação a faixa etária 38,5% tem entre 18 a 30 anos; 30,8% entre 31 a 40 e ;30,8% entre 41 a 60 anos. Dessa forma identifica-se que os estudantes que mais desistem do curso têm faixa etária entre 18 a 30 anos.

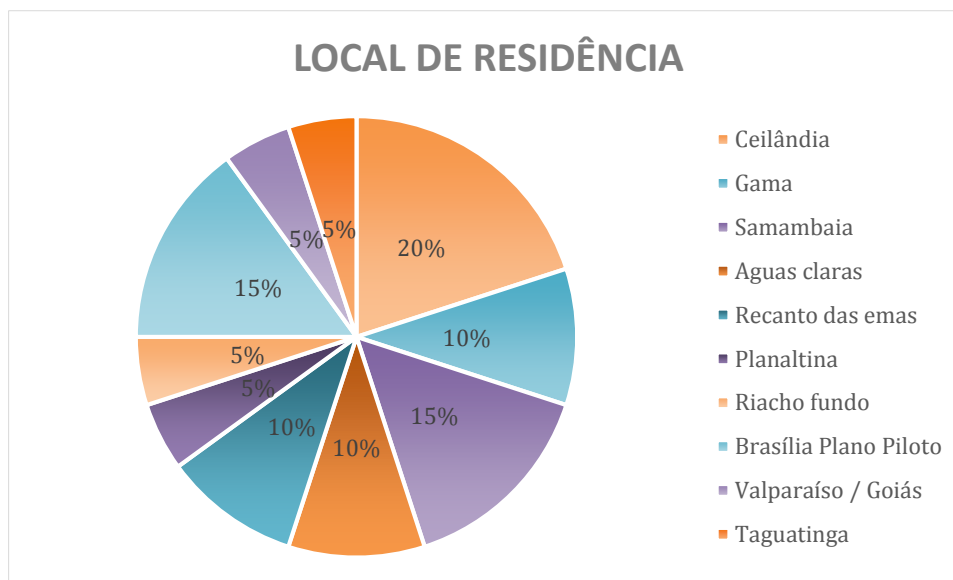
Em relação as atividades desenvolvidas atualmente 50% estão trabalhando, porém, as atividades não estão relacionadas ao curso; 15% estuda; 30% trabalha e estuda e 5% está desempregado. Salles e Figueiredo (2017), apontam que embora a educação brasileira tenha como objetivo garantir o ensino ao trabalhador, essa encontra dificuldades pois existem incompatibilidades de atender as necessidades do trabalhador.

Quanto a renda familiar 5% dos evadidos tem um salário mínimo como renda; 85% tem renda entre 1 e 3 salários mínimos e; 10% renda entre 4 e 9 salários. Em relação ao estado civil 40% são casados, 45 % solteiros e 15% divorciados, desses 71% possuem filhos e 27,8% não possuem filhos. Assim infere-se que os a renda familiar dos estudantes desistentes está entre 1 a 3 salários mínimos e que o estado civil dessas pessoas se configura

na maioria por pessoas solteiras.

O Gráfico 2 apresenta as cidades de moradia desses estudantes:

Gráfico 2- Cidade de Residência



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que 20% dos evadidos é morador de Ceilândia, mesma cidade na qual se localiza a instituição pesquisada. As outras cidades estão entre 67 km a cidade mais distante, e a mais próxima entre 7 km.

Apesar do maior número de desistentes morarem na cidade de Ceilândia, boa parte trabalha em outras cidades satélites ou no plano piloto, e por conta da distância acabam desistindo do curso por não conseguir conciliar estudo com trabalho.

Como o curso técnico em Equipamentos Biomédicos é oferecido na modalidade subsequente, isto é, para o estudante que já finalizou o ensino médio, buscou-se identificar o intervalo de tempo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no técnico. Pode-se identificar que 55% ficaram entre 1 a 5 anos sem estudar, 20% entre 6 a 10 anos, 5 % entre 11 anos ou mais e 20% ingressou direto no técnico (sem intervalo de tempo, seja do ensino médio ou superior). Os estudantes que passam muito tempo fora dos bancos da escola geralmente possuem bastante dificuldade de se adaptar a uma rotina de estudos, aqui percebe-se que 55% dos desistentes ficaram entre 1 a 5 anos sem estudar.

Em relação ao tempo que os estudantes permaneceram no curso indica-se que 15% nunca frequentaram o curso; 75% desistiram no primeiro módulo (nas duas primeiras semanas do curso); e 10% cursou até o segundo módulo. Esse dado indica que é necessário entender quais os motivos que levam esses estudantes a desistir do curso no primeiro

semestre, o fato de ter passado algum tempo sem estudar e já abandonar nas primeiras semanas de aula reverbera a dificuldade de adaptação nas atividades escolares.

Em relação aos fatores que motivaram os estudantes a escolher esse curso foram citados: possibilidade de inserção no mercado de trabalho; crescimento profissional e financeiro; e ampliação da qualificação.

Em síntese, os estudantes evadidos têm como características preponderantes: mulheres com idade entre 18 e 30 anos; ficou sem estudar por um período de 1 a 5 anos; morador de Ceilândia, cidade onde o curso é ofertado, desistiu do curso no 1º Módulo, e atualmente está trabalhando. Aqui temos uma pessoa adulta que precisa trabalhar e por diversas razões não conseguiu conciliar estudos com o trabalho. Apesar desses estudantes residirem em Ceilândia muitos trabalham em outras cidades satélites, fato que gera dificuldade de conseguir chegar no campus diariamente, pois o curso é presencial.

4.2. Motivadores da desistência estudantil

Os motivos que levaram os estudantes a desistir do curso podem estar associados a múltiplos fatores, dentre eles: aspectos institucionais, individuais e sociais (Silva, 2006). O Quadro 1 sistematiza os dados encontrados na pesquisa realizada com gestores, docentes e estudantes desistentes, e apresenta convergências e divergências das falas dos entrevistados.

Quadro 1 – Motivadores da desistência dos estudantes

	Gestor	Docente	Estudante desistente	Convergências	Divergências
Pessoais	Falta conhecimentos prévios de conteúdo das áreas exatas; Dificuldade em conciliar horários de estudo e trabalho.	Falta de afinidade com disciplinas das áreas de exatas; Cansaço; Dificuldade em conciliar horários de estudo e trabalho.	Dificuldade em conciliar horários de estudo e trabalho; Dificuldade de conciliar o horário do curso com os cuidados com os filhos; Pouco tempo para estudar; Motivos de saúde.	Conciliar horários Falta de afinidade / conhecimentos prévios com as disciplinas das áreas de exatas	Cansaço Motivos de saúde
Institucionais	Processo seletivo por sorteio; Desconhecimento da área e do curso;	Processo seletivo por sorteio; Desconhecimento da área e do curso; Nome do curso induzir ao estudante que o	Processo seletivo por sorteio; Desconhecimento da área e do curso; Confusão entre a área do curso	Processo seletivo Desconhecimento da área e do curso	Acolhida tardia dos estudantes ingressantes.

	Acolhida tardia dos estudantes ingressantes. Falta de formação pedagógica de professores das áreas técnicas.	curso é da área de saúde.	(eletrônica) com a área de saúde		
Sociais	Intervalo entre o curso anterior (médio/graduação) e a inserção no curso técnico.	Intervalo entre o curso anterior (médio/graduação) e a inserção no curso técnico.	Distância da instituição da casa ou do trabalho; Falta de transporte coletivo adequado; Dificuldades financeiras.	Intervalo entre o curso anterior (médio/graduação) e a inserção no curso técnico.	Distância da instituição da casa ou do trabalho; Falta de transporte coletivo adequado; Dificuldades financeiras

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o quadro apresentado podemos identificar fatores divergentes nas falas dos gestores, docentes e estudantes com características pessoais atreladas a falta de afinidade com o curso, que também está relacionado com aspectos institucionais, pelo fato da falta de conhecimento do curso, segundo os gestores e professores os estudantes não sabem o que vai ser trabalhado no curso, isso se dar por uma falta de entendimento em relação a área específica, muitos confundem com cursos nas áreas de análises clínicas ou relacionados a área de saúde, como mostram as falas a seguir:

G2: O primeiro fator para que a taxa seja alta é o desconhecimento quando as pessoas se inscrevem no processo seletivo, as pessoas não sabem o que é um curso, porque o TEB é um curso de eletrônica, basicamente, aplicado aos equipamentos hospitalares. Então é um curso que você terá toda a básica de eletrônica, mas você vai atuar em hospitais. As pessoas se inscrevem achando que o curso é de biomedicina, só para você ter uma ideia.

G4: fica parecendo para alguns que eu não vou trabalhar na área biomédica, análises clínicas. Então esse é o ponto. 90 % deles que entram aqui, apesar de ter assistido o vídeo disponibilizado pelo IFB na hora a inscrição, eles só descobrem o que é curso depois que eles fizeram a matrícula e sentam na sala de aula, aí na primeira semana eles descobrem que não era isso que eles queriam.

Os estudantes relatam que além da falta de conhecimento do curso aspectos relacionados a: dificuldade de conciliar o curso com trabalho, dificuldade de conciliar o curso com os filhos, falta de tempo para estudar e motivos de saúde, motivaram a desistência:

Infelizmente, estava mais de 1 ano desempregado, e esposa e filhos, e as dificuldades financeiras já estava extrema. Depois conseguir um trabalho a noite e no período deste curso. Priorizei o emprego e o salário.

O fator desconhecimento sobre o que o estudante irá cursar pode ser evidente no

índice de desistência das turmas que ingressam, nessas turmas a desistência acontece nas primeiras semanas do curso. A gestora G4 aponta para o fato que esses estudantes devem ser acolhidos na primeira semana de aula:

G4: Ou outro motivo é esse acolhimento nosso, que está caindo em uma data muito tardia. O acolhimento tem que ser no primeiro dia, independentemente de ter poucos estudantes mas aquele que tem lá eu vou agarrar, a gente faz a programação duas semanas depois, a janela é assim: O acolhimento vai acontecer duas semanas depois, nessas duas semanas a gente já perdeu metade da turma, então a minha visão hoje, observando esse cenário é que estamos pecando muito nesse acolhimento. Porque o acolhimento é o momento que vem o coordenador, que vem a Coordenação de assistência estudantil, falando dos editais de assistência que eles podem participar, dá uma motivada quando eles escutam que a gente sabe que eles têm essa dificuldade de formação e estamos aqui para ajudar. Quando a gente fez esse acolhimento semestre passado só tinham 15 estudantes, e aí a gente perguntou mais cadê os estudantes do TEB1? E eles responderam só são esses. Agora passando esses dois anos eu percebi mais claramente que a gente está fazendo esse acolhimento muito tarde. Esse semestre eu fiz diferente, eu fui na sala no segundo dia de aula e conversei com eles. Mas só eu não dou aquele impacto. É um momento que poderia ter juntado todos os professores, fazer uma apresentação, onde você mostra a equipe que está trabalhando com você, os projetos desenvolvidos, os laboratórios. Tem que fazer assim que eles entram.

Quando se aborda a questão da acolhida desse estudante é importante destacar que é o primeiro momento em que ele tem contato com a instituição, e esse momento é fundamental quando se trata de permanência, pois falar em permanência é falar também em pertencimento, o estudante necessita se sentir pertencente, sentir que é uma pessoa que possui vínculos com essa instituição de ensino, que pode também interferir nessa realidade, além disso se desenvolver em aspectos técnicos e também voltados para o desenvolvimento humano.

Em relação aos aspectos institucionais gestores, estudantes e docentes destacam que o processo seletivo é o ponto principal quando se relaciona a aspectos institucionais. Atualmente o processo seletivo acontece por meio de sorteio eletrônico. A gestora G3 chama atenção para o fato que esse modelo de acesso pode também excluir esse estudante:

G4: A primeira questão é o nosso próprio processo seletivo, a gente fala em inclusão, mas a gente inclui um estudante em um curso e nós não temos condições para acompanhar esse estudante até o final do curso. Porque esse estudante chega em um curso que não sabe o que é, ele chega em um curso que precisa ter alguns requisitos, isso é fato, isso não é um objeto de exclusão.

Esse fator relacionado ao acesso do estudante, segundo os gestores, traz também um outro ponto que é visto como uma dificuldade, o estudante que entra por meio de sorteio traz dificuldades severas relacionadas às áreas de exatas.

G3: porque o plano de curso se você examinar, ele vai ter uma parte de física, matemática, fundamentos de eletricidade em até 80% dos cursos, então o estudante precisa ter um conhecimento prévio dessas áreas. Eu acho que seria interessante uma prova de seleção, não vejo sofrimento nisso.

Esse mesmo ponto de vista o foi citado pelos docentes que fazem parte do colegiado do curso, o docente D3 aponta para o fato do desconhecimento do curso, ou até mesmo na interpretação de como o estudante percebe o curso, e as dificuldades nas componentes curriculares de exatas que são historicamente enfrentadas pela educação brasileira:

D3: Desconhecimento da área de atuação do curso. E uma carga considerável de componentes de exatas. Historicamente o Brasil apresenta uma educação básica de baixa qualidade, principalmente na área de exatas - matemática. Este fator desmotiva os estudantes, pois o curso se torna "pesado", mais complicado para quem não tem tanto domínio sobre este conteúdo.

O plano de curso orienta como requisito de acesso ao curso a conclusão do ensino médio, com certificação apresentada no ato da matrícula, ainda sinaliza que o curso deve ser ministrado com bases nos princípios da Constituição Federal e da Lei de diretrizes e bases da educação, que garante o acesso e a permanência na escola (LDB,1996), além disso atribui aos colegiados a possibilidade de definição de estratégias para equalizar a oportunidade de estudantes com dificuldades específicas de forma a garantir seu direito de acesso à qualificação profissional.

Por fim, também foram encontrados fatores divergentes nas falas dos entrevistados em relação a aspectos sociais os docentes destacam que o fato do estudante passar muito tempo sem estudar e quando volta para os bancos escolares chegam com muitas dificuldades de aprendizagem, já na fala do os estudantes foram identificadas questões relacionadas a distância do campus, falta de transporte público e dificuldades financeiras foram fatores decisivos para o abandono do curso.

Apenas um gestor destacou que um dos pontos fundamentais para a desistência está atrelado a falta de formação pedagógica dos docentes que atuam nas áreas técnicas:

G5: Esses docentes nunca deram aula na vida, sentem dificuldades relacionadas a várias questões pedagógicas a começar pela elaboração de um plano de ensino, de entender processos de avaliação e compreender o perfil do estudante que acessa a esse curso. Esse curso é composto por pessoas adultas que procuram qualificação e os professores que atuam tem muitas dificuldades para entender esse público, que muitas vezes chegam com muitas dificuldades. Existem práticas didáticas muito duras. E nesse primeiro semestre já consigo identificar muita evasão. Outra coisa que identifiquei foi o grande número de falta de docentes no primeiro conselho de classe e o fato deles encararem o conselho de classe dessa forma já indica um descaso com atividades pedagógicas.

A questão da formação pedagógica sempre foi ponto de pauta na educação brasileira,

porém, no tocante ao ensino profissional a questão se acentua, também são encontradas dificuldades em realizar ações de caráter contínuo no que se diz respeito a formação docente, e além disso esse modelo de ensino se depara com exigências de atuação docente relacionadas a diversas modalidades de ensino(Ensino médio integrado, Subsequente, Ensino Superior e tecnólogos) que devem garantir concepções de educação voltadas para ciência e tecnologia.

Nos Institutos Federais são encontrados perfis diferenciados de docentes a saber: Licenciados e Bacharéis. Os Licenciados possuem formação pedagógica e os Bacharéis que tem formação específica nas áreas de atuação técnica do curso, no caso do TEB a grande maioria dos docentes são bacharéis das áreas de Engenharia. O gestor 5 ainda destaca a importância das formações pedagógicas contínuas e que atenda ao perfil de estudante que a instituição recebe, ele diz:

Houve um episódio em uma das reuniões que a professora destacou que em anos de atuação no ensino médio, nunca teve dificuldade de atuação e está encontrado aqui nesse curso específico. Então eu acho que é necessário que exista essa formação permanente, porque quando a gente pensa no perfil do nosso aluno e no método de acesso a esse curso é necessário se pensar como essa instituição vai trabalhar com esse estudante para garantir a permanência desse aluno.

Guedes e Sanches, (2017) chamam atenção a necessidade de superação das políticas de formação pedagógica a fim de que o professor possa de fato compreender as peculiaridades e especificidades da educação profissional.

Nesse capítulo pode-se encontrar diversos fatores que acentua a motivação dos estudantes a desistir da instituição estão ligados a questões de cunho institucionais relacionados desde a forma de entrada do estudante a fatores de ordem pedagógica, mas também relacionados a aspectos sociais e individuais.

Por fim, é necessário entender a evasão como fenômeno que envolve fatores culturais, sociais, institucionais, individuais e relaciona-los à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino. (MEC/2013).

4.3. Ações de permanência e êxito dos estudantes

É importante destacar que a desistência estudantil também está relacionada ao que se refere a aspectos institucionais, para tanto a gestão escolar tem o papel fundamental de identificar os fatores que causam esse fenômeno e elaborar propostas que garantam a

permanência e o êxito dos estudantes.

No intuito de encontrar as ações já realizadas foi adicionado na entrevista e nos questionários ações em que a instituição já realiza e o que poderia ser feito para garantir a permanência dos estudantes.

Foram apresentadas questões relacionadas a aspetos de âmbito administrativo e pedagógico, nas respostas coletadas fica evidente que a maior parte das intervenções são de cunho institucional, e não foram identificados aspectos relacionados a fatores sociais e pessoais, como foi apresentado nas análises relacionadas as motivações de desistência.

No quadro 2 estão sistematizadas as falas de gestores, docentes e estudantes, e apresenta as convergências e divergências em relação a essas ações.

Quadro 2 – Ações para permanência e êxito dos estudantes

AÇÕES REALIZADAS PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE				
Gestores	Docentes	Discentes	Convergências	Divergências
<ul style="list-style-type: none"> - Acolhida - Conselho de classe - Perfil diferenciado de docente para o primeiro módulo do curso - Acompanhamento dos estudantes com dificuldades. - Programa de Monitoria estudantil - Avaliação institucional - Capacitação docente - Fortalecimento dos meios de comunicação (estudante – escola) - Escola limpa e iluminada, laboratórios funcionando. - Investimento para fortalecer a coordenação de Assistência estudantil e coordenação Pedagógica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho de classe - Ações planejamento docente coletivas. - Simplificação do conteúdo e material didático. - Alterar a forma de entrada (prova de seleção) - Melhoria da divulgação dos objetivos do curso entre os candidatos. - Reserva de vagas para profissionais que já trabalham na área - Capacitação técnica dos docentes, infraestrutura de laboratório, auxílios financeiros. - Programa de Monitoria estudantil 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento de demandas da comunidade. - Oferta de parte do curso em EAD - Ser ofertado em um local mais acessível. - Disponibilização de auxílio permanência. - Oferta de curso de especialização ou mestrado. - Oferta do curso em outros turnos. - Acompanhamento dos estudantes desistentes. - Apresentação dos objetivos do curso. - Acompanhamento dos docentes - Aproveitamento das matérias feitas em outros cursos profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho de classe - Acompanhamento dos estudantes com dificuldades. - Apresentação dos objetivos do curso - Programa de Monitoria estudantil - Disponibilização de auxílio permanência. - Capacitação técnica e pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento de demandas da comunidade. - Oferta de parte do curso em EAD - Ser ofertado em um local mais acessível. - Oferta de curso de especialização ou mestrado. - Oferta do curso em outros turnos. - Acompanhamento dos estudantes desistentes. - Apresentação dos objetivos do curso - Aproveitamento das matérias feitas em outros cursos profissionais. - Simplificação do conteúdo e material didático.

Nas análises das entrevistas foram encontradas diversas propostas que são executadas pela instituição e outras que poderiam ajudar a reverter essa situação, é importante dentro desse processo entender como esses atores entrevistados percebem a instituição e quais são as propostas para melhoria.

Conforme os gestores e docentes o fator de desistência estudantil sempre foi um ponto muito debatido em conselhos de classe e reuniões pedagógicas, durante o semestre escolar e diversas ações são planejadas pela instituição.

O primeiro ponto destacado por todos os gestores em relação a ações realizadas foi o momento do conselho de classe, que é realizado pela coordenação pedagógica do campus com participação de todo o colegiado do curso.

A coordenação pedagógica do campus realiza durante o semestre letivo três conselhos de classe, esse momento é um espaço privilegiado de discussão, reflexão e deliberação sobre as questões pedagógicas da turma, por meio do qual se obtém uma visão integral do desenvolvimento do estudante e das turmas, com o intuito de reorientar a prática educativa.

A partir dessa reunião os estudantes que precisam de atendimento específico são encaminhados para acompanhamento da coordenação de assistência estudantil, composta por uma equipe multidisciplinar com Assistente Social, Pedagogo, Psicóloga e Assistentes de Estudantes.

O fato nesse curso específico é que no primeiro conselho de classe a metade da turma já desistiu do curso, pois como foi apresentado anteriormente existe muita desistência nas duas primeiras semanas de aula, e a primeira reunião de conselho só acontece após o primeiro mês de aula.

A coordenadora G4 destaca que é necessário pensar com maturidade na recepção desses estudantes, salientando que é preciso acolher o estudante desde o primeiro dia de aula, além disso, frisa a importância de ter um grupo de docentes diferenciados para o primeiro módulo do curso, como poderemos identificar em sua fala:

G4: O estudante tem que vir pra cá, e gostar de vir pra cá, porque eles já tem problemas de casa, de trabalho, família as vezes não tem o que comer e como se deslocar, então quando ele chega aqui nessa escola, ele tem que pensar assim: Nossa que bom que eu cheguei aqui, então ele tem que ver a escola como um lugar melhor do que aquele que ele acabou de sair.

G4: O primeiro semestre para mim não pode ter aquele professor que não está nem aí para esses estudantes. Ou com aquele discurso de que não quero saber se eles vão entender ou não o que eu estou dando. Então eu comecei a observar que esse professor com esse discurso afasta o estudante porque no TEB 1 ele já recebe uma avalanche de material, a gente chama a atenção do professor e ele acha que os estudantes dão conta. E esse discurso para mim não pode acontecer no primeiro módulo, os professores que estão no primeiro contato com o estudante precisam ter essa visão de acolher esse estudante que está há muito tempo sem estudar.

Outro ponto de destaque como implementação de permanência e êxito dos estudantes foi o investimento em fortalecer a coordenação de assistência estudantil e coordenação pedagógica. Essas duas coordenações são fundamentais para o sucesso acadêmico do estudante.

A coordenação de assistência estudantil tem como princípio a política de assistência estudantil (PAE) que é “um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.” PAE/2018

Para realização dessas ações essa coordenação disponibiliza semestralmente aos estudantes auxílios com o intuito de garantir a permanência e o sucesso escolar do estudante, são eles: assistência estudantil, monitoria, auxílio moradia, auxílio emergencial, programa de apoio técnico científico e programa de apoio ao esporte, cultura e lazer. Para participação desses programas o estudante participa de um edital e é feita uma análise socioeconômica.

A coordenação pedagógica do campus está mais direcionada para acompanhamento didático pedagógico, ela atua diretamente na orientação de estratégias de superação das dificuldades dos estudantes e na capacitação dos docentes.

Além do fortalecimento dessas coordenações do Gestor 1, aponta para a importância de ter fortalecido os processos de comunicação do estudante com a escola, isso faz com que o estudante se sinta parte desse espaço.

Outro ponto destacado foi a criação da Comissão de Permanência e êxito, essa comissão

foi instituída pela portaria 1.814, de 25 de junho de 2018, e tem como objetivo criar um plano Estratégico para permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Brasília, até o final de 2018.

A comissão tem como objetivo identificar os motivos de evasão dos estudantes em todo o Instituto Federal de Brasília, e traçar estratégias para superação desse quadro. Para tanto, foram criadas comissões em cada um dos dez campi, pois entende-se que os motivos de desistência são próprios de cada unidade de ensino. Assim seria necessário analisar com peculiaridade cada realidade.

A comissão do Campus Ceilândia encontra-se em fase de implantação, além disso serão realizados: elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo de estudantes desistentes e retidos, elaboração de um plano estratégico e monitoramento, e avaliação das ações.

Os docentes do curso destacam estratégias de cunho pedagógico para a permanência do estudante, são eles: a correlação e prática de todos os conteúdos com a vida real do profissional técnico em equipamentos biomédicos, Arroyo (2013), defende que “os currículos escolares são pobres em experiências porque são pobríssimos em sujeitos”. (p.138)

Entra como pauta também a simplificação do conteúdo e material didático para uma linguagem mais acessível e focada no que o profissional mais precisa no dia a dia. Em relação ao material didático os docentes encontram dificuldades da bibliografia para disponibilizar para os estudantes, o que existe disponível na biblioteca não responde as necessidades dos alunos, como podemos identificar na fala a seguir:

G3: a bibliografia é muito complexa, a de biomédica é toda em inglês, então, teve até uma aluna que fez uma reclamação em relação a isso, mas a gente não tem para onde correr, a gente tem pouca bibliográfica. Para você ter uma ideia no meu mestrado a maior parte dos artigos foram em inglês, e eu fiquei imaginando como vai ser isso na sala de aula? Porque cada professor monta o seu plano, e quando entra um novo professor para a disciplina muda tudo, o foco da disciplina acaba mudando apesar de ter um conteúdo padrão, mas a maneira de como uma ministra é muito diferenciada. E se a gente conseguir sistematizar esse material vai ser muito bom porque será uma referência para os docentes que irão chegar.

Os professores ainda destacam que é necessário pensar na alteração do mecanismo de entrada dos estudantes, hoje o processo seletivo se dá por meio de sorteio, eles sugerem a mudança para que aconteça por meio de prova de seleção, destacam também a importância de ampliar a divulgação do que se trata um técnico em equipamentos biomédicos, melhoria da

divulgação dos objetivos do curso entre os candidatos e reserva de vagas para profissionais que já trabalham na área, mas ainda não possuem a habilitação profissional.

Complementando as contribuições docentes um estudante relata: “seria necessário a análise de mercado um pouco mais detalhada, visto que o curso é voltado apenas para equipamentos de suporte à vida, e temos um desconhecimento dos equipamentos de diagnóstico.”

Além disso, os estudantes apontam que seria necessário se pensar em mecanismos de aproveitamentos de matérias já cursadas em outros cursos profissionalizantes, a oferta de curso em um local mais acessível, com disponibilidade de transportes e com flexibilidade nos horários, e por fim sinalizam também que seria interessante uma parte do curso ser ofertada na modalidade de educação a distância (EAD).

CAPITULO 5

PLANO DE INTERVENÇÃO

GUIA DE ACOMPANHAMENTO ESTUDANTIL

Esse plano de intervenção nasceu como resultado da pesquisa realizada com os estudantes evadidos do curso Técnico Subsequente em Equipamentos Biomédicos. No momento da pesquisa foram coletadas várias ações desenvolvidas e sugestões de estratégias com o objetivo de garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

Portanto, nesse plano de intervenção essas ações e estratégias serão pedagogicamente sistematizadas. Sugere-se aos gestores da instituição pesquisada que esse trabalho seja realizado de forma organizada, institucionalizada e contínua. Para tanto, apresenta-se um guia de acompanhamento estudantil a ser desenvolvido em três fases, a saber:

Fase 1- Organização Curricular

Para essa foi elaborada um plano de ação para a revisão do Projeto Pedagógico do curso, nesse documento está presente toda organização pedagógica das atividades que serão desenvolvidas na formação do estudante. É importante ressaltar que o plano de curso é um instrumento flexível, pois no decorrer do ano letivo, de acordo com o surgimento de novas situações metodológicas, estas poderão ser inseridas e registradas.

Quadro 1 – Plano de ação para revisão do Projeto Pedagógico do Curso

Problema	Desconhecimento da área e do curso
Objetivo	Revisar o Projeto Pedagógico do Curso
Atores (Quem)	Coordenação pedagógica, Coordenação de assistência estudantil, coordenação de curso, docentes e discentes
Meta: O que se propõe a fazer (O quê)	Aumentar o alcance das informações sobre o curso e deixar claro para a sociedade os objetivos do curso
Ação proposta (Como)	Revisar os PPC analisando e comparando o perfil do egresso estabelecido com as suas matrizes curriculares a fim de fazer possíveis ajustes no que diz respeito a: coerência do nome do curso , coerência entre o perfil do egresso com a matriz curricular e com as demandas do mundo do trabalho; sobrecarga ou não de disciplinas e de conteúdo; relação teoria - prática;

	adequação da prática profissional ao perfil do egresso. Encontrar meios de divulgação dos objetivos do curso.
Tempo necessário (Quando)	Quinze dias
Processo de avaliação	Avaliação contínua e revisão do documento conforme das demandas do curso.

FASE 2 – Organização didático pedagógica

A fase a seguir envolve toda a gestão escolar, e será conduzida pela coordenação de curso, a elaboração deve iniciar-se antes do início das atividades letivas dos estudantes, com o intuito de pensar em como os estudantes serão recebidos pela instituição. Além disso, é fundamental a participação das coordenações de assistência estudantil e coordenação pedagógica e para informar as principais atividades desenvolvidas no percurso formativo do estudante.

Essa fase tem como objetivo organizar as atividades pedagógicas que serão desenvolvidas no decorrer do semestre letivo, com o intuito de aperfeiçar a prática docente para alcançar o sucesso escolar.

Problema	Organização didático pedagógica do curso
Objetivo	Organizar as atividades pedagógicas do semestre letivo
Atores (Quem)	Coordenação do curso, Coordenação Pedagógica, coordenação de assistência estudantil, docentes
Meta: O que se propõe a fazer (O quê)	Melhoria da prática educativa
Ação proposta (Como)	Ampliar e fortalecer atividades de recepção, acolhimento, integração e orientação aos estudos; Apresentar os objetivos do curso, componentes curriculares, possibilidades de inserção no mercado de trabalho na atividade de acolhida;

	<p>Apresentar as atividades que serão desenvolvidas no decorrer do período letivo como: projetos, seminários, participação em eventos, saídas de campo e etc.;</p> <p>Realizar palestras e mesas redondas com profissionais para motivar e esclarecer as atividades que serão desenvolvidas por um técnico em equipamentos biomédicos.;</p> <p>Apresentar os programas ofertados pela instituição que promovem a permanência do estudante;</p> <p>Desenvolver projetos de orientação profissional;</p> <p>Implementar ações de integração e de práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo estudante e o IFB;</p> <p>Desenvolver ações permanentes de valorização do curso com o envolvimento dos estudantes, docentes e egressos;</p> <p>Diagnose das turmas ingressantes até a terceira semana de aula;</p> <p>Estimular os docentes a complementação pedagógica.</p>
Tempo necessário (Quando)	Continuamente
Processo de avaliação	Reuniões de avaliação continua nos colegiados

FASE 3 – Acompanhamento sistemático dos estudantes

Essa etapa será realizada pela coordenação do curso que irá identificar os casos de estudantes faltosos e/ou que estão com dificuldades de aprendizagem. Além disso irá contar com a parceria da Coordenação Pedagógica, Coordenação de Assistência Estudantil e dos docentes que compõem o colegiado do curso.

Quadro 3 – Acompanhamento de frequência e aprendizagens

Problema	Estudantes com dificuldade de aprendizagem
Objetivo	Acompanhar estudantes com dificuldades de aprendizagem
Atores (Quem)	Coordenação do curso, coordenação pedagógica, coordenação de assistência estudantil, docentes
Meta: O que se propõe a fazer (O quê)	Realizar acompanhamento para aprendizagem significativa dos estudantes com o intuito de promover o sucesso escolar. Prestar apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem
Ação proposta (Como)	Realizar estudos sistematicos com os docentes sobre avaliação para as aprendizagens. Efetuar acompanhamento sistemático da frequência Definir estratégias de acompanhamento diferenciado aos estudantes com base nas especificidades de idade, desenvolvimento, maturidade e interesses próprios da estrutura etária. Implementar ou ampliar ações contínuas que promovam orientação de estudos. Efetivar no início do período letivo, a avaliação diagnóstica para identificar possíveis dificuldades pedagógicas. Garantir a recuperação paralela nos cursos ofertados pelo IFB desde o início do período letivo. Garantir que o estudante seja avaliado por no minimo três instrumentos avaliativos distintos. Desenvolver estratégias de acompanhamento de estudantes trabalhadores com o intuito de garantir a permanência destes no curso. Orientar aos monitores como será realizado o atendimento dos alunos que precisam de acompanhamento, além disso disponibilizar o horário de monitoria que atenda as demandas dos alunos. Disponibilizar os horários de atendimento docente de

	maneira que os alunos possam ter acesso.
Tempo necessário (Quando)	Acompanhamento contínuo
Processo de avaliação	Reuniões de avaliação contínua nos colegiados

Em relação as atividades avaliativas vale destacar como as formas de avaliação são organizadas na instituição, o regulamento dos cursos técnicos orienta que: a avaliação será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, e envolverá professores e alunos.

Art. 63. A avaliação deverá garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas. § 1º Primará pelos princípios da avaliação quantitativa e qualitativa, considerando as modalidades: I – Avaliação Diagnóstica – realizada no início do processo de ensino-aprendizagem: a) Detecta o nível de conhecimento dos estudantes; b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados. II – Avaliação Formativa – de caráter contínuo e sistemático: a) Ocorre durante o processo ensino-aprendizagem; b) É interna ao processo e centrada no estudante; c) Também tem caráter diagnóstico; d) Possibilita acompanhar o domínio das competências, e adequa o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante; III – Avaliação Somativa: Possibilita avaliar as Competências pretendidas, fornece resultados de aprendizagem, subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa e informa o rendimento do estudante em termos parciais ou finais.

Dessa forma, pode-se perceber que já existe uma regulamentação que orienta gestores e docentes garantir o sucesso acadêmico do estudante, porém somente o documento não causa o efeito esperado, pois as formas de avaliação deverão ser pensadas de maneira colaborativa com o envolvimento de todos os atores que compõe a comunidade escolar, pensando estratégias e elegendo as melhores formas de garantir a permanência e o sucesso escolar, contemplando a realidade e as necessidades dos alunos.

Para concluir:

Essa proposta foi elaborada a partir da reflexão sobre o que foi identificado na referida pesquisa, esses instrumentos podem ser guias orientadores de monitoramento, trata-se de uma proposta a ser disponibilizada como uma ação de gestão e tem um caráter flexível pois está

aberta para adaptação conforme a necessidade da instituição.

6. Considerações Finais

O modelo de gestão da rede de educação profissional e tecnológica exige do seu gestor um olhar diferenciado dos processos, pois, pelo seu caráter multicampi, são ofertadas diversas modalidades de ensino concomitantemente. Esse modelo é pioneiro na educação brasileira, o que gera desafios, sendo um deles, garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

O desenvolvimento desse estudo mostrou a importância de algumas questões para reflexão em torno da evasão escolar, que se apresenta como uma das fragilidades no sistema escolar brasileiro e integra os debates relacionados à educação como uma questão de conceito complexo, dinâmico e mutável. Os dados coletados com estudantes, docentes e gestores, oriundos das questões específicas desse trabalho deram subsídios para encontrar respostas e caminhos para o entendimento da desistência estudantil no *Campus Ceilândia*, especificamente no curso técnico em equipamentos biomédicos.

Desse modo, aqui serão destacados elementos que ficaram evidentes ao longo desse percurso como dois pontos importantes a serem considerados: as motivações de desistência estudantil e as ações realizadas pela instituição para garantir a permanência dos estudantes. Em relação as motivações, o primeiro ponto tramita em torno da discussão sobre a entrada desse estudante na instituição, ficou evidente que é necessário rever a forma de acesso, essa forma garante a entrada do estudante, porém não garante a permanência desse aluno na instituição.

Outro fator relevante a se pensar está relacionado ao Plano de Curso, esse documento orienta as motivações que fizeram com que esse curso fosse criado, nas consultas públicas realizadas com a comunidade fica explícito que a comunidade sentia a necessidade de cursos voltados para área de saúde, e a oferta foi de um curso voltado para manutenção de aparelhos biomédicos, porém esse nome confunde o aluno que se matricula achando que irá fazer um curso da área de saúde e o curso está mais relacionado para área de eletrônica.

A acolhida do estudante foi um ponto muito citado na entrevista com os gestores, isso indica que existe uma preocupação da instituição em receber esse aluno que está chegando, porém, esse momento precisa ser revisto de maneira que aconteça no primeiro dia de aula, é

necessário criar estratégias para fazer com que esse estudante entenda que a instituição está preparada e disponível para atendê-lo caso exista alguma dificuldade.

Ainda sobre esse momento de acolhida a instituição pode utilizá-lo para apresentar o que será trabalhado nesse curso, quais as demandas para profissionais dessa área, formas e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, essas duas ações iniciais de acolhida e informativos sobre o curso são fundamentais, pois, como foi apresentado nas análises de dados 75% dos estudantes desistem do curso nas duas primeiras semanas.

Em relação ao perfil do estudante que desiste do curso a pesquisa apresentou que 50 % encontram-se trabalhando, e tiveram dificuldades em conciliar trabalho com estudo, isso nos leva a crer que a instituição precisa pensar estratégias de assegurar o direito a educação ao trabalhador.

Aspectos relacionados a formação docente foi apresentado também como um fator que influencia a desistência estudantil, fica evidente que pelo perfil dos docentes que compõe o colegiado do curso, em que a maioria tem formação voltada para o bacharelado, é necessário pensar em momentos de formação continuada. Guedes e Sanches, (2017) chamam atenção a necessidade de superação das políticas de formação docente a fim de que o professor possa de fato compreender as peculiaridades e especificidades da educação profissional.

Em relação as ações realizadas pela instituição para garantir a permanência desse aluno, as respostas encontradas foram identificadas como aspectos institucionais a serem considerados, diferente do que foi apresentado nas motivações em que foram encontrados aspectos de cunho institucional, social e individual.

Os gestores apontaram que diversas ações são executadas para garantir a permanência dos estudantes, um dos pontos apresentados foi as reuniões de conselho de classe, e esse momento tem como objetivo identificar o desenvolvimento dos estudantes, o problema especificamente nesse curso é que quando acontece a primeira reunião maior parte da turma já tem desistido, uma saída seria realizar um conselho diagnóstico nas duas primeiras semanas de aula.

Outro ponto que merece destaque nas ações realizadas pela instituição é o fortalecimento das coordenações de assistência estudantil e da coordenação pedagógica, essas duas coordenações são fundamentais para o sucesso escolar do estudante, além disso também foi destacado a importância do fortalecimento dos meios de comunicação do estudante com a escola.

Docentes apontam que realizam ações de cunho pedagógico para a permanência dos estudantes que são: a correlação da prática com os conteúdos, essas ações se dão por meio de projetos integradores. Além disso, pensam em elaborar materiais didáticos, pois os que estão disponíveis no acervo da biblioteca não respondem as necessidades dos estudantes.

Os estudantes apresentaram que seria necessário a gestão pensar em mecanismos de aproveitamento de matérias já cursadas em outros cursos profissionalizantes, oferta do curso em um local mais acessível e parte do curso ofertada em modalidade de educação à distância.

Todas essas contribuições encontradas nos inqueritos possibilitou a elaboração de uma proposta de monitoramento que estará disponível para aplicação pela gestão escolar do *campus*, esse plano se dará em três etapas, a saber: Plano de ação para revisão do Projeto Pedagógico do Curso, Organização didático pedagógica e Acompanhamento de frequência e aprendizagens.

Por fim, conclui-se que a desistência estudantil é um dos fatores que mais preocupam a comunidade escolar nos dias atuais, é necessário para além da garantia de acesso a educação, pensar políticas que garantam o sucesso escolar dos estudantes de todas as modalidades de ensino da educação pública.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arantes, N. N. F de. (2012) Trabalho e Estudo: uma conciliação desafiante. Campina Grande: Realize Editora.
- Brasil, (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394. Diário Oficial da República. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 15 de julho de 2018.
- Brasil, (1997) Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em<http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 15de julho2017.
- Brasil, (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- Brasil, (2008) Lei nº 11892. Brasília, DF: Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 15 de julho 2018.
- Brasil, (2014) Manual de Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Brasília. Disponível em:<http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gestao_exercicio2014.pdf> Acesso em 15 de julho de 2018.
- BRASIL, Lei 4.024 (1961). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 06 de abril de 2018.
- Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Lei de diretrizes e bases. Lei nº 9394. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. (2009) Conselho Nacional de Educação (CNE). Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação: 2011-2020. Brasília, DF.
- Brasil. Lei 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em: agosto. 2018. _____. Lei Federal 5.692/1971. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm.

- Acesso em: Agosto. 2018. _____. Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: abr. 2014. _____. Constituição Federal do Brasil (com Emenda 59/09). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: agosto. 2018.
- CEILANDIA.COM. Página sobre a cidade de Ceilândia. A cidade. Disponível em http://www.ceilandia.com/?page_id=1847. Acesso em 10 abr. 2018.
- Clark, J. U., Nascimento, M. N., Silva, R. A. (2006). A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DO GOVERNO MILITAR (1964-1984), Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.124–139, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584
- Dore, S.R. (2013) Evasão e repetência na rede federal de educação profissional. Programa observatório da Educação – CAPES/Inep Maceió, Alagoas, setembro.
- Ferreira, F. A. (2013). Fracasso e Evasão escolar. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>.
- Flik, U. (2009) Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed.
- GDF –GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. 2013. Anuário Estatístico do DF. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2011/PDAD%20Ceil%C3%A2ndia-2010-2011.pdf>>. Acesso em: 15 abril de . 2018.
- Guedes. I. A. C., Sanchez L. B. (2017). A formação docente para a educação profissional técnica e sua influência na atuação dos professores do instituto federal do amapá – campus Macapá: um estudo de caso. HOLOS, Ano 33, Vol. 07
- Hirata, Helena. (2003) Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. Revista Educação e Tecnologia. Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-graduação em Tecnologia dos CEFETS – PR/MG/RJ. pp.144-156.
- Hübner, J.L.A. (2015). O Modelo de Gestão aplicado ao ensino no IFPI frente as configurações dos IFs. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20254/1/2015_JoednaLobatoAmaralH%C3%BCbner.pdf

IBGE –INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Distrito Federal. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/diseminacao/locaisdeatendimento/locais_atendimento.php>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

Johann, C. C. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

Libâneo, José Carlos. (2012). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo. Cortez.

Lobo, M. B. de C. M. (2012) Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. ABMES Cadernos. Brasília, /dez.

Lück, Heloísa. (2007) Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis. Vozes.

Machado, M. R. L.; MOREIRA, P. R. (2010) Educação Profissional no Brasil, Evasão Escolar e transição para o Mundo do Trabalho. Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SENEPT). Anais do Seminário. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte/MG.

Meira, C. A. (2015). A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo / Cristiane Araujo Meira. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9068_Disserta%E7%E3o%20Final%20Cristiane%20Meira.pdf Acesso em 14/08/2018.

Ministério da Educação (MEC). (2008) Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007). Brasília: MEC.

Nóbrega-Therrien, S. M., Farias, I. M. S., & Sales, J. A. M. (2010). Abordagens quantitativas e qualitativas na pesquisa em educação: velhas e novas mediações e compreensões. In: Farias, I. M. S., Nunes, J. B. C., & Nóbrega-Therrien, S. M. Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto (Vol. 1, pp. 53-66). Fortaleza: EdUECE.

Oliveira, M. A. M. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo Cefet-X? Educação Brasileira, v. 23, n. 46, p. 25-43, jun. 2001.

Oliver Guimarães Armando Bastos, Carlos Francisco Simões Gomes A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ

Queiroz, Lucineide Domingos. (2004). Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: www.anped.org.br. Acessado em maio 2018

Rumberger, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. American Educational Research Journal, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995. <http://doi.org/10.3102/00028312032003583>, acesso maio 2018.

Sales, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. (2013) Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., Belo Horizonte. Belo Horizonte: Rimepes,

SANTOS, Clovis Roberto dos. (2002) O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

SEVERINO, A.J. (2007) - Metodologia do trabalho científico. 23.ed.rev.e atual. – São Paulo: Cortez.

Silva, Wilney Fernando. (2011) Evasão Escolar nos cursos Técnicos Integrados do IFBA campus Eunápolis. Disponível em: www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs. Acessado em 30/06/2018.

Souza, I. M. de. (1999). Causas da evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 1999. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Tigrinho, L. M. V. (1999). Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior. Revista Gestão Universitária. São Paulo. Disponível em: http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=649:evasao-escolar-nas-instituicoes-de-ensino-superior&catid=135:173&Itemid=21. Acesso em: 30/06/2018.

Apêndice I

Questionário – Estudantes evadidos

1. Idade _____

2. Sexo () Feminino () Masculino

3. Atualmente você:

() Estuda () Trabalha e estuda () Exerce outra atividade

() Qual ? _____

4. Onde reside?

5. Renda familiar:

1. Porque você escolheu o curso técnico em equipamentos biomédicos?

2. Quais eram as suas expectativas em relação ao curso?

3. Quais as dificuldades encontradas para realização do curso?

4. Quais motivos o fizeram desistir do curso?

5. Quais ações da instituição poderiam ter possibilitado sua permanência no curso?

Apêndice - II

Questionário - Docentes

Sexo () Feminino () Masculino

Formação: () Bacharel () Licenciado () Tecnólogo

Grau de escolaridade: () Graduado () Especialista () Mestre

() Doutor () Outros

Tempo de experiência docente: _____

Tempo de experiência no IFB: _____

1. Qual a sua visão sobre educação profissional e tecnológica?
2. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão no curso subsequente técnico em equipamentos biomédicos?
3. Na sua percepção, quais os motivos da evasão no curso Técnico em Equipamentos Biomédicos?
3. Quais as dificuldades encontradas para assegurar a permanência dos estudantes do curso Técnico em Equipamentos Biomédicos?
4. Você implementou alguma ação visando a permanência dos estudantes do curso Técnico em Equipamentos Biomédicos?
5. Quais os fatores que podem ser melhorados no IFB/ Campus Ceilândia para garantir a permanência do estudante no curso Técnico em Equipamentos Biomédicos?

Apêndice III

Guião de entrevista semiestruturada – Gestor

Tema: O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL NA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES: O CASO DO CURSO TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS DO IFB

Entrevistado(a) : _____

Formação _____

Cargo de Gestão:

Objetivo geral: Analisar o papel da gestão escolar em relação redução dos índices de evasão no curso técnico subsequente em Equipamentos Biomédicos ofertado no Instituto Federal de Brasília.

Local: IFB Campus Ceilândia

Grupo De Perguntas	Objeto	Roteiro	Tempo aproximado (minutos)
I			
Apresentação da pesquisa	Apresentar o objeto de estudo a ser pesquisado Informar os objetivos da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o objeto de estudo da pesquisa • Informar que o relato da experiência do entrevistado é muito importante para continuidade desse trabalho. • Informar que todos os dados fornecidos são confidenciais; bem como, a identificação pessoal, ao qual receberá outra para descrição no trabalho. • Requerer a permissão para gravar a entrevista; 	03
II			
Perfil do gestor		<ul style="list-style-type: none"> • Formação: () Bacharel () Licenciado () Tecnólogo • Grau de escolaridade: () Graduado () Especialista () Mestre • () Doutor () Outros • Tempo de experiência docente: 	05

- Tempo de experiência no IFB:
- Já exerceu outro cargo de gestão? Qual?
- Teve alguma formação específica para ocupar esse cargo de gestão?

Percepções sobre o curso / Evasão	Identificar ações da gestão educacional para promoção do êxito dos estudantes do curso técnico em Equipamentos Biomédicos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual sua visão em relação a educação profissional e tecnológica? 2. Qual a função dos cursos técnicos subsequentes no contexto do IFB? 3. Quais critérios foram utilizados para selecionar a oferta dos cursos técnicos subsequentes do campus? 4. Quais fatores podem motivar a evasão dos estudantes no curso técnico em Equipamentos Biomédicos? 5. Como você avalia a taxa de evasão no curso técnico em Equipamentos Biomédicos? 6. Foi implementada alguma ação visando a permanência dos estudantes do curso Técnico em Equipamentos Biomédicos? Quais? 7. Quais as dificuldades encontradas para assegurar a permanência dos estudantes no curso Técnico em Equipamentos Biomédicos? 8. Quais os fatores que podem ser melhorados no IFB/ Campus Ceilândia para possibilitar a permanência do estudante no curso Técnico em Equipamentos Biomédicos? 	40
--	--	--	----

VI	Agradecer participação e indicar a possibilidade de colaborações posteriores	Agradecer a participação	2
Agradecimentos			